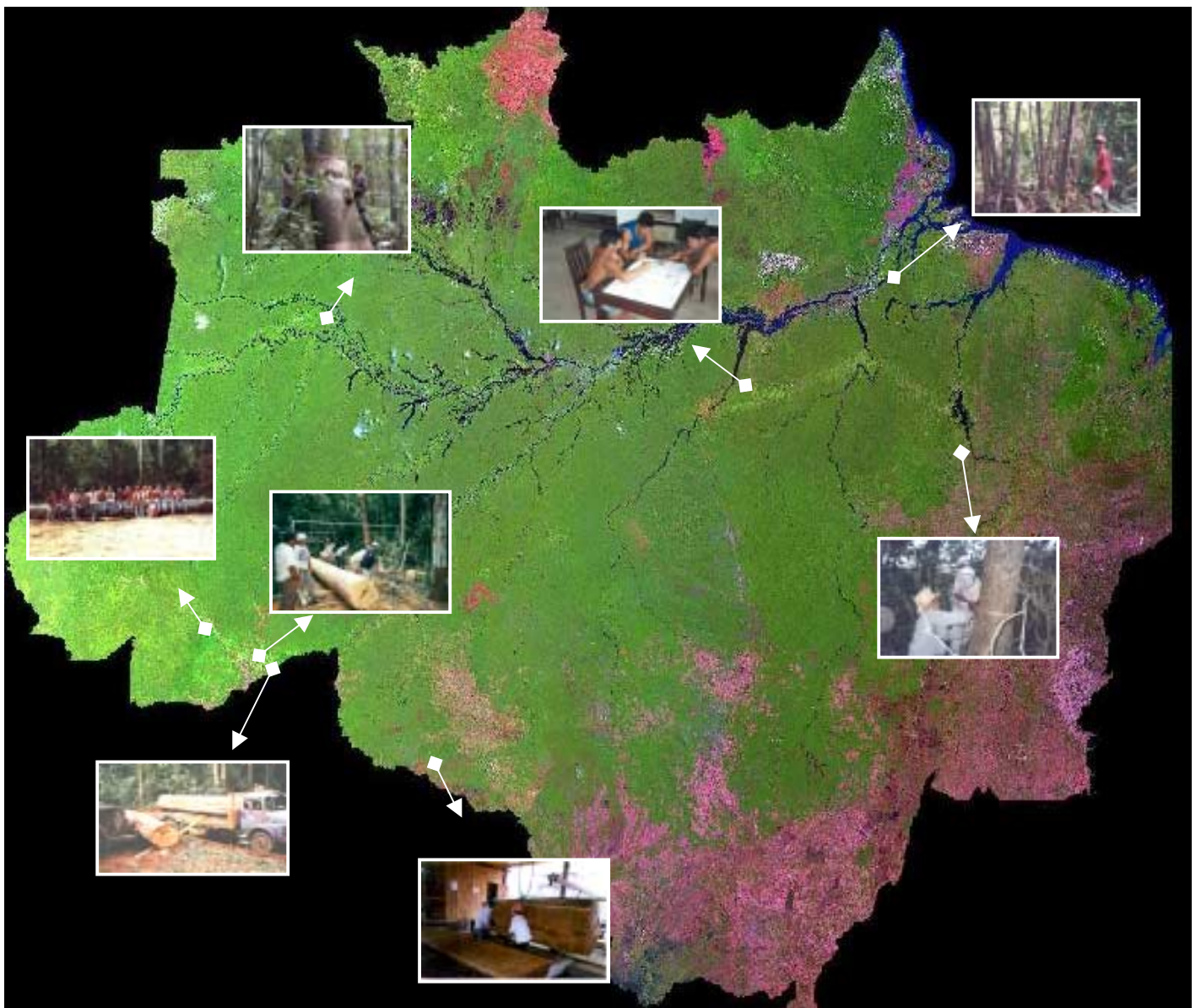


MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

III Oficina de Manejo Florestal Comunitário
Rio Branco-AC, 17 a 21 de Julho de 2000



Manaus - AM
Abril de 2001

III Oficina de Manejo Florestal Comunitário

Comentários: Antônio Carlos Hummel e Paulo Amaral
Revisão de texto: Franz Lopes da Silva
Apoio Editorial: GTZ

Fotos da capa:

Acre: Floresta Nacional do Antimary, acervo Funtac; PAE Porto Dias, acervo cta e PAE Pedro Peixoto, acervo Embrapa-AC
Rondônia: Resex do Cautário, acervo Ecoporé
Amazonas: RDS Mamirauá, acervo Instituto Mamirauá
Pará: Flona do Tapajós, acervo ProManejo; Rio Marajoí, acervo FASE; Comunidade de Jacundá, acervo LASAT

Contato:

Domingos S. Macedo
ProManejo – Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
Sede do Ibama - AM
Rua João Gonçalves de Souza S/N – Distrito Industrial
CEP 69075-830 – Manaus – AM

Fone/Fax: 92-613-3413 613-3497 237-8211
E-mail: pmanejo@supes-am.ibama.gov.br

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

III Oficina de Manejo Florestal Comunitário

Rio Branco-AC, 17 a 21 de julho de 2000.

Redação

Domingos S. Macedo – ProManejo

Colaboradores:

Paulo Amaral – IMAZON

Olivier Dubois – IIED

Raimundo Deusdará Filho – PNF

Carlos Vicente – SEFE

Mauro Armelino – Amigos da Terra

André de Freitas - IMAFLORA

Paul Little – Dept. de Antropologia – UnB

André Guimarães – A2R

Grayton Tavares – Consultor

Maria José Gontijo – IIEB/Programa Natureza e Sociedade

Antônio Carlos Hummel – ProManejo

Promoção



ProManejo
Projeto de Apoio ao Manejo Florestal
Sustentável na Amazônia



DFID Department for
International
Development



Amigos da Terra
AMAZÔNIA BRASILEIRA



Realização



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a contribuição das parcerias dos projetos comunitários que cederam gentilmente as fotos que ilustram a capa deste relatório, bem como, a revisão das tabelas contidas no texto. Gostaria também de agradecer a Maria José Gontijo, Antônio Carlos Hummel e Paulo Amaral pelas contribuições e opiniões sobre a redação e a todos os palestrantes que forneceram material escrito para a finalização do texto. Outros agradecimentos vão para a GTZ que contribuiu para a impressão deste relatório e finalmente, a todas as demais instituições que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da III Oficina de Manejo Florestal Comunitário.

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a sociedade brasileira se conscientiza sobre a importância da conservação da Amazônia. Episódios recentes ocorridos durante a discussão do novo Código Florestal demonstraram que a idéia de “desenvolvimento” necessita considerar a inclusão social e o meio ambiente.

Felizmente essa nova percepção aponta para a necessidade de se encontrar para a Amazônia uma nova estratégia de desenvolvimento, que seja capaz de oferecer qualidade de vida para as populações da floresta e das cidades, conservando a diversidade biológica, a integridade e as funções de seus inestimáveis ecossistemas.

Seguramente uma das estratégias a seguir é dotar a região de uma gama de empreendimentos florestais sustentáveis, capazes de gerar produtos madeireiros e não-madeireiros de alto valor agregado e capitalizar, de modo criativo, os serviços ambientais de suas florestas.

Além de investidores locais e externos envolvidos nesses empreendimentos, é necessário que as comunidades extrativistas (índios, seringueiros e ribeirinhos) estejam participando, de modo competente, das etapas da produção, industrialização e comercialização das riquezas da floresta.

Para isso muitas pré-condições precisam ser atendidas. Há que superar limitações de ordem financeira, infra-estrutural, organizativa, legal e mercadológica. Mesmo assim, a boa notícia é que várias iniciativas de produção sustentável estão em curso na Amazônia, como fruto da visão de longo prazo e do intenso trabalho de organizações da sociedade civil, apoiadas por algumas instituições públicas e organizações internacionais.

A iniciativa do Ministério do Meio Ambiente através do ProManejo e de outras instituições parceiras de constituir um fórum de reflexão sobre os projetos de manejo florestal comunitário representa um grande passo no sentido de compartilhar as experiências dos diferentes projetos e de pensar, conjuntamente, soluções para viabilizar essa importante alternativa econômica, social e ecológica.

O presente trabalho oferece uma visão aprofundada sobre as lições aprendidas até o momento nos projetos de manejo florestal comunitário. Ele permite que instituições públicas, organizações comunitárias e agências de cooperação possam definir políticas realistas de apoio ao atual estágio de desenvolvimento dos projetos de manejo florestal comunitário.

Carlos Vicente
Secretário de Estado de Florestas e Extrativismo do Acre

RESUMO

A Terceira Oficina de Manejo Florestal Comunitário foi realizada em Rio Branco-AC entre os dias 17 a 21 de junho de 2000. Este evento possibilitou o encontro de sete parcerias de trabalho envolvidas com o tema e que são consideradas neste momento, as experiências mais adiantadas de manejo comunitário na Amazônia. Os representantes das comunidades e técnicos envolvidos diretamente nas atividades de manejo comunitário, além de pesquisadores, representantes de diversas instituições de governo, empresários do setor madeireiro, instituições financeiras e ONG's puderam trocar experiências e principalmente tentar avançar no processo de discussão dos temas mais emergentes que envolvem o assunto.

A agenda de trabalho da III Oficina trouxe como principal proposta abrir mais uma oportunidade para que os projetos mais adiantados pudessem trocar as suas experiências, avaliar os seus avanços e insucessos, bem como, interagir melhor os seus conhecimentos acumulados dos anos anteriores de trabalho. Este relatório apresenta uma síntese do cenário atualizado de cada um destes projetos. Vários outros pontos foram abordados nesta oficina, sendo criada uma oportunidade aos participantes de terem acesso a alguns aspectos conceituais considerados como essenciais, principalmente para os projetos que encontram na fase de comercialização dos seus produtos. Foram apresentados conceitos sobre como funciona o mercado, as suas diversas modalidades e cadeias de comercialização.

Esta Oficina contou com a presença de um especialista em plano de negócios que abordou para os participantes como funcionam as estratégias que envolvem um empreendimento, sejam as atividades de investimento, capital de giro e construção de cenários de viabilidade econômica e financeira. Ocorreram também algumas oportunidades de debater temas bem complexos como a questão da captação de recursos financeiros para os projetos. Estavam presentes neste debate as principais instituições responsáveis por disponibilizar recursos de doação, crédito e capital de risco. Esta Oficina resultou num marco histórico no processo de discussão sobre crédito para manejo florestal na Amazônia.

Foi proporcionado também um debate envolvendo empresários ligados a indústria madeireira que fazem parte do grupo de compradores de madeira certificada. Este encontro possibilitou alguns contatos prévios de fornecimento de madeira oriunda dos projetos de manejo comunitário que estavam presentes na Oficina. Outro ponto envolvendo os debates, foi a oportunidade de discutir questões envolvendo políticas públicas. Estavam presentes representantes do Governo do Acre, técnicos do Ministério do Meio Ambiente ligados ao Programa Nacional de Florestas – PNF e a ONG internacional IIED. No final da Oficina, foi elaborado um documento com algumas reivindicações do Manejo Florestal Comunitário a serem incluídas dentro do PNF.

Foi criada também uma dinâmica de grupo com os representantes das comunidades para trabalhar a questão da certificação florestal. Na visita de campo, foi mostrado o trabalho com a utilização de uma serraria portátil e o processo de escoamento da produção utilizando a tração animal.

1. Introdução

Cada vez mais há o reconhecimento de que a melhor perspectiva para a Amazônia brasileira é o manejo da floresta, tanto para produção de madeira como de produtos não-madeireiros. Para que as práticas de manejo sejam adotadas, é fundamental enfrentar questões como insegurança da posse da terra, acesso desordenado às florestas públicas e privadas, ineficiência de fiscalização das atividades de exploração florestal e políticas setoriais que afetam o uso florestal.¹

Além do mais, entre as várias causas da exploração predatória estão: i) o baixo valor do recurso madeireiro, em virtude da abundância dos estoques; ii) a escassez de iniciativas promissoras de manejo florestal; iii) o monitoramento deficiente; e iv) a insuficiência de florestas de produção².

O manejo florestal comunitário – MFC - está se tornando um elemento importante das estratégias das comunidades da Amazônia, e o acesso ao recurso florestal depende de todas estas questões estruturantes citadas anteriormente, que ao longo do tempo estão se tornando um pouco mais favoráveis para a prática do manejo.

É preciso considerar também que, durante os processos de construção e fortalecimento de uma mentalidade voltada para o MFC nas comunidades, devem ser levados em consideração alguns outros fatores internos, como o seu calendário de trabalhos na agricultura e no extrativismo, a sua situação financeira e as pressões do mercado.

O MFC está tendo o seu foco de interesse maior centrado nas reivindicações de ordem política e social, nas experiências infelizes de projetos de colonização ou, ainda, na emergência de novos mercados. Trata-se de todo um conjunto de elementos independentes que induz a um questionamento acerca do futuro da exploração dos produtos florestais³

A III Oficina objetivou revitalizar essas discussões a respeito das experiências mais promissoras de MFC hoje na Amazônia e possibilitar, através de um exercício de trocas de experiências, tirar algumas lições aprendidas. A partir do somatório destes sucessos e insucessos pretende-se criar formas de maior inserção nas políticas públicas, que vão fazer este movimento se consolidar como estratégia de desenvolvimento para a região.

1.1. A agenda

Desde o ano de 1999, as agendas das oficinas de manejo têm sido estruturadas em função de demandas e conclusões debatidas nos plenários das oficinas anteriores. Os organizadores têm se esforçado bastante no sentido de melhorar, a cada encontro, a forma de condução dos temas abordados. Não há ainda uma dinâmica ideal para abordar

¹ Smeraldi, R. 1998. Políticas Públicas para a Amazônia: rumos, tendências e propostas. São Paulo. Amigos da Terra, Programa Amazônia.

² Souza Jr. et al. 1997. Zoneamento da Atividade Madeireira na Amazônia: Um estudo de caso para o estado do Pará. IMAZON, Série Amazônia: 8. Belém.

³ Empeiraire, L.2000. A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central. Ed. UNESP. São Paulo.

estes temas, mesmo porque o público das oficinas é muito heterogêneo. Como estratégia, tenta-se privilegiar, ao mesmo tempo, os representantes comunitários e os técnicos dos projetos. Dependendo do tema e de sua complexidade, muitas vezes o aproveitamento não é o esperado para ambas as partes, mas este aspecto, no final das contas, sempre é superado nas discussões plenárias e com o envolvimento dos participantes durante os dias do encontro.

Os dias de campo, que são parte obrigatória das oficinas, também têm este papel de envolver técnicos e comunitários no local mais apropriado para se falar de manejo: a floresta. Vale lembrar que o contexto social também é uma pauta obrigatória em todas as oficinas.

Para a III Oficina, tentou-se abordar, discutir e inserir o MFC no quadro de prioridades das instituições e dos programas que estão debatendo este tema, principalmente em nível de governo local e federal. A Oficina focou bastante os aspectos ligados à comercialização, ao gerenciamento dos projetos como um empreendimento ao entendimento de como funcionam os mercados, tudo numa abordagem bem simples, para obter um aproveitamento satisfatório dos representantes das comunidades. Foram também chamadas para um debate algumas instituições financeiras ligadas ao crédito e recursos de doação, de onde sai a maioria dos recursos que estão sendo utilizados para que os projetos possam desenvolver suas atividades de manejo.

1.2. Os participantes

Dos sete projetos participantes, três estão localizados no Estado do Acre, um em Rondônia, um no Amazonas e dois no Pará. Exceto o projeto de Mamirauá, que está localizado numa área de várzea do médio rio Solimões, os demais possuem suas áreas de manejo localizadas em florestas de terra-firme. O projeto de Gurupá-PA inclui, no futuro, a realização do manejo também em áreas de várzea.

A proporção entre técnicos e comunitários ficou um pouco desigual, talvez em função de um número menor de projetos participantes nesta oficina, se comparados com os anteriores. Foi obtida uma proporção de 1,7 técnico para cada comunitário. A questão de gênero ficou também bem desproporcional: 2,5 homens para cada mulher.

Um dos aspectos mais importantes dessas oficinas é reunir um número bem significativo de grupos e setores interessados no tema MFC. Estavam representados na oficina instituições em nível de governos local (9%) e federal (7%), ONG's (25%), associações e entidades de classe (12%), empresários (7%), instituições de ensino (7%) e pesquisa (7%), financiadores (14%), instituições financeiras (7%) e projetos fora do Brasil (5%).

Estes aspectos são bem ilustrativos e ajudam bastante os organizadores na hora de avaliar o seu trabalho e melhorar a estrutura das próximas reuniões.

2. Principais aspectos observados nas apresentações das experiências de MFC

Na II Oficina, realizada em 1999, após uma consulta a todos os projetos ali participantes, ficou decidido que as oficinas seriam divididas em duas agendas de discussão anuais. O objetivo principal para a realização desta divisão foi o de abordar, num mesmo encontro, as demandas dos projetos que estão em fase de exploração florestal e comercialização de seus produtos. Um segundo encontro seria feito para discutir as demandas dos projetos que estão iniciando as suas atividades de organização social, como inventários, planos de manejo e busca de parceiros e financiadores. A partir deste ano, as oficinas já estão sendo realizadas por meio deste procedimento.

A expectativa principal dos organizadores para a III Oficina era obter uma avaliação aprofundada dos projetos que já estão numa fase mais avançada. Já se passaram dois anos e meio após a realização da I Oficina, e este balanço se faz necessário para avaliar se realmente as conquistas já contabilizadas nas oficinas anteriores, principalmente em nível de políticas públicas, estão auxiliando no dia-a-dia dos projetos em vários aspectos: i) sociais, ii) técnicos, iii) econômicos, iv) legais e v) institucionais.

Sete projetos de manejo florestal comunitário apresentaram, em plenário os seus avanços, além de terem sido abordados também os problemas e desafios que necessitam ainda ser superados. Em alguns casos, foi apresentado o relato das primeiras tentativas de realização do manejo em campo, seja ela bem ou mal-sucedida. Em casos mais avançados, foram apresentados os resultados de uma ou mais safras de madeira. Os problemas que envolvem a busca de soluções para a comercialização ou para a melhoria da qualidade dos produtos e as expectativas de verticalização da produção também foram apresentados. Nas apresentações, os principais desafios dos projetos, se comparados com os resultados das oficinas anteriores, não mudaram muito, e alguns deles continuam sendo:

- 1- Situação fundiária indefinida.
- 2- Demora no licenciamento ambiental.
- 3- Elaboração de estratégias a longo prazo.
- 4- Definição de estratégias para prever e tratar conflitos com os diversos atores envolvidos no processo.

Outras dificuldades foram surgindo ao longo do tempo, e após este encontro percebeu-se que existe também uma falta de previsão de estratégia para a saída das parcerias institucionais, sejam elas ONG's ou centros de pesquisa, na condução conjunta dos projetos. Esta questão é complexa e envolve um diálogo institucional muito aberto entre as parcerias. Este assunto é de caráter mais interno entre os integrantes dos projetos, mas o fato ficou evidente nas apresentações e no debate sobre os avanços e desafios dos projetos. Outro ponto percebido nas apresentações foi a ausência de planos de negócios (produtos, comercialização e mercado) nas estratégias de gerenciamento dos projetos. Apesar de este problema não ser generalizado, a grande maioria dos projetos não tem ainda resolvido o problema de acesso a mercados, na hora da comercialização de seus produtos.

É importante definir também quais os passos que podem ser seguidos pelos organizadores das oficinas, quando da organização dos próximos encontros, bem como, a

forma de atuação da assessoria técnica a ser desenvolvida em conjunto com os projetos. Pode ser enumeradas as seguinte questões:

- 1- Definir os planos estratégicos a longo prazo para os projetos.
- 2- Elaborar e efetivar planos de negócios.
- 3- Identificar um meio de concentrar a produção para venda ao mercado ou a consumidores específicos.
- 4- Definir estratégias de atuação dos órgãos de governo ligados à questão fundiária e ao licenciamento ambiental, para minimizar a burocracia e a demora na liberação de documentação.
- 5- Discutir a viabilidade de criação de uma câmara técnica para o MFC dentro destes órgãos.
- 6- Continuar a discutir a legislação vigente de MFC.

Um ponto levantado por parte dos organizadores da oficina foi que os projetos não estão dando o devido retorno quanto a respostas a consultas sobre informações básicas e atualizadas de suas atividades. Este problema deve ser avaliado por ambas as partes, para que os dados possam ser disponibilizados no futuro. Tais informações são muito importantes para caracterizar, de um lado, as demandas dos projetos para estruturação das futuras agendas de trabalho e, do outro lado, para auxiliar uma assessoria técnica mais ágil e eficiente para os projetos.

Na questão ligada à capacitação, foi discutido o avanço dos projetos neste sentido. Entretanto, os resultados, como o número de comunitários treinados e se eles foram eficientes, não foram divulgados nas apresentações dos projetos. Estes números são também importantes para avaliações futuras do MFC. Hoje, temos apenas um único agente especializado nesta questão na Amazônia, que é a Fundação Floresta Tropical – FFT, e sabemos que esta instituição não pode atender a toda as demandas, seja dos projetos comunitários, seja do setor empresarial.

O aspecto ligado aos conflitos sociais, de modo geral, não foi muito valorizado nas apresentações. Na avaliação deste ponto, houve consenso da importância de registrar estas informações em nível de coordenação dos projetos, bem como, de discuti-las com as bases de tomada de decisão. O mesmo caso foi observado no registro de informações por parte de alguns projetos, quanto aos dados socioeconômicos.

A divulgação na forma de boletins, publicações científicas e outras formas de repasse de informação também foi objeto dos debates. Os projetos já têm registrado, em nível interno, as suas experiências na área técnica, social, de instrumentos legais, informações ligadas a custos de produção e gerenciamento de seus projetos, dentre outras. Foi levantada a necessidade de criar um mecanismo de divulgação ou transferência destas informações, por meio de um sistema de fácil acesso, que possa beneficiar e seguir como base para o planejamento de outras experiências de MFC. Como forma de entendimento e conhecimento dos projetos e das principais questões que estão sendo levantadas e discutidas em torno do MFC, foram elaboradas algumas tabelas, onde estão evidenciados os principais problemas e as soluções apresentadas pelos projetos, sob vários aspectos. Também, tentou-se apresentar os pontos positivos de cada um. Estas tabelas estão apresentadas a seguir.

PROJETO: LASAT e STR's – Marabá, PA				
ASPECTOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS	
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Discussões iniciais com as organizações: pressão da indústria madeireira. • Problemas com a gestão não é a questão principal, pois a burocracia é que prende o andamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Vão efetivar este ano as ações de comercialização. • Criação de mecanismos para envolvimento dos agricultores e suas organizações no processo decisório do projeto. • Realização de uma Ação-Teste de comercialização de madeira em tora. • Realizaram parcerias com entidades locais com os sindicatos e a FATA que concentra outros seis sindicatos • Apoio às organizações para criação de Projetos de Assentamentos e Assentamentos Agroextrativistas nas áreas de atuação do projeto. • Negociação avançada com IBAMA para regulamentação do plano de manejo • Instrumentalização de uma estrutura administrativa gerenciada pelos agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formaram um comitê responsável pela gestão das atividades dentro do projeto, assegurando a participação direta dos agricultores. • Tem outras parcerias com a EMBRAPA, IMAZON e apoio da FFT. 	
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Questão com os madeireiros ocasionou má interpretação dos mesmos, atrasando atividades comerciais; • Embora tenha sido feito estudo de mercado, problema com comercialização não superado. 		<ul style="list-style-type: none"> • A espera para o projeto já tem três anos, mas está valendo a pena, pois a lição é que o recurso está assegurado. • Reconhecimento das comunidades • Treinamento dos comunitários sobre aspectos técnicos do manejo. 	
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Situação fundiária indefinida • Somente um plano de manejo aprovado 		<ul style="list-style-type: none"> • Fizeram estudo comparando a exploração dos lotes com a exploração tradicional • Possibilidade de discutir aspectos ambientais em áreas de assentamentos de colonos. • Prevalece relação de confiança entre ONG, STR's e agricultores envolvidos, apesar dos problemas enfrentados para implementação do projeto • Treinamento dos comunitários 	
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento do plano de saída do LASAT • Necessidade de envolvimento do governo local 			
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Serra móvel também demorou • Distancias entre os municípios participantes do projeto é um grande problema • Na época das chuvas atrapalha bastante 			

PROJETO: Comunidades do Município de Gurupá e FASE - Gurupá, PA			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Organização comunitária voltada para produção econômica • Gestão de conflitos – necessidade de instâncias mediadoras internas legitimadas • Sensibilização das populações do entorno 	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento das câmaras técnicas • Documentos fundiários são repassados pelo Ibama para os órgãos fundiários • Tem inventariado parcelas de 100 ha • Tem um aspecto bem abrangente quanto a incorporar dentro do projeto as várias demandas sociais do município e as comunidades locais. • O projeto investiu muito na sensibilização das comunidades em entender o manejo florestal. • Compraram uma serraria portátil da Austrália • Vão trabalhar em 10 ha este ano como teste. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das atividades • Uso de produtos madeireiros e não madeireiros • Projeto de desenvolvimento municipal com o apoio da FASE, cujo objetivo é trabalhar indicadores de desenvolvimento municipal dando ênfase na valorização de produtos locais • Já estão no quarto inventário florestal já com a participação da comunidade nos custos do mesmo.
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Madeira: um recurso bem difícil de lidar. • A comunidade atuando sozinha sem a parceria do marreteiro. 		
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação insuficiente gerando dificuldades na interpretação da IN4. • Necessidade de regularização fundiária para áreas de manejo florestal • Tarifas de vistoria do IBAMA com valores incompatíveis às comunidades. 		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Maior definição da relação comunidade/entidade de apoio. • Idem na relação comunidade/órgãos ambientais 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de corte de 25 anos (25 a 30 m³/há) utilizando os 500 por ano da IN (que ainda é dúvida). 		

PROJETO: Instituto Mamirauá e Comunidades da RDS Mamirauá. Foi primeiramente criada como estação ecológica, depois virou RDS, com 1.124.000 ha. Área a ser implantado um plano de manejo integrado em 260.000. Há 51 comunidades, com 5.300 moradores e usuários da reserva			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Desconfiança de alguns participantes quanto aos objetivos do IDSM • Desigualdade no tamanho das áreas das comunidades • Alta taxa de analfabetismo dos participantes • Não se trabalha com lotes, e sim com áreas comunitárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de ferramentas que assegurem a participação dos comunitários • Demarcação da área das comunidades • Utilização de metodologias apropriadas favoreceu a participação das comunidades • Utilização do conhecimento que a comunidade tem sobre suas florestas • Negociação com as vizinhas • Diminuição dos conflitos fundiários • A comunidade percebeu-se capaz de mapear sua área e tomar decisões • Soma do conhecimento técnico com o conhecimento da comunidade • Comunidade passa a ter informações precisas sobre o estoque de madeira na área 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de organização comunitária • Estão usando uma metodologia de aplicação com uma proposta de MFC em 5 comunidades, em nível piloto, que depois pode ser estendida para as demais • Regras da comunidade foram definidas e formalizadas • Definição dos papéis dos membros da associação • Fortalecimento da organização comunitária • Integração de moradores isolados à vida comunitária • Diminuição da exploração ilegal ao longo dos anos • Os PMFSimples da Reserva Mamirauá foram os primeiros a ser licenciados no Estado do Amazonas, abrindo caminho para outras comunidades • As comunidades da RDSM receberam dispensa do pagamento da maior parte das taxas de licenciamento
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização para mercados mais distantes • Inexperiência na negociação e elaboração de contratos formais 		
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade não dispõe de capital para arcar com todos os custos do licenciamento • As exigências de documentação são excessivas • Prazo de análise muito longo • O atraso no licenciamento pode inviabilizar a extração naquele ano 		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência das comunidades de agentes externos • Desinteresse e desconfiança por parte de alguns comunitários • Mobilidade de membros na comunidade 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade na localização das árvores marcadas durante os levantamentos de estoque • Limitações em virtude da sazonalidade da várzea 		

PROJETO: OSR/ECOPORÉ, RO. São quatro planos de manejo já aprovados, sendo 15 participantes em cada projeto.			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização - Mercado • Conflitos com atores locais (boicote de toureiros locais) • Dificuldades no gerenciamento e profissionalização de comunitários nas atividades de beneficiamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir estratégias: madeira em tora/beneficiada • Contratação de 1 agente de comercialização que melhorou um pouco a situação. Tiveram um retorno melhor • Todas as mudanças ou decisões são decididas por um colegiado que se reúne semestralmente • Terceirização das atividades de arraste e transporte 	<ul style="list-style-type: none"> • Querem trabalhar com madeira caída; • Estão fazendo um teste entre beneficiar (Resex Cautário) ou vender madeira bruta, no caso de Machadinho do Oeste; • Existe um sistema de rodízio ou revezamento de mão de obra; • Estão capacitando pessoas em todos os níveis que envolvem as operações de manejo ao processamento da madeira; • Domínio satisfatório das atividades de campo pelos comunitários
ECONÔMICOS FINANCEIROS	E <ul style="list-style-type: none"> • No ano passado houve lucro, mas ainda muito baixo e receberam (fora as diárias) apenas 250,00/participante/safra • Falta de tradição em trabalhar com beneficiamento de madeiras • Falta de recursos para construção de estrada na Resex Cautário 		
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • 		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto sofreu um alto desgaste e aumento de custos pelo demorado processo de licenciamento; • Forte concorrência desleal de empresas garimpeiras de madeira. 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Número baixo de espécies comercializáveis na região e talhões pequenos, exigem alto grau de beneficiamento para viabilidade. • Como a madeira comercial foi baixa, foram feitas mudanças no projeto. Foi ampliado para 2 talhões/ano ou talhão maior em função da baixa produtividade. • trator com baixa capacidade para atividades de arraste 		

PROJETO: Porto Dias – CTA, AC. Área de 22.345 ha onde moram 88 famílias atualmente. Tem 10 famílias envolvidas numa área de 3000 há – 10 m3/ha em 10 ha por colocação.			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de gestão participativa • Pressão pelos recursos da Reserva (colonos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver métodos mais participativos (trabalho feito com o CIFOR) • Vão trabalhar nas cinco áreas mais planas • Vão vender a madeira na maioria por tora • Vão processar as espécies mais nobres na serra pica pau • Estão apostando no uso múltiplo e esperam coletar óleos essenciais, castanha e seringa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencializar manejo de uso múltiplo (borracha, artefatos, etc.) • Processamento com apoio com da FUNTAC no projeto de designers com 21 artefatos de madeira • Participantes estão tendo treinamento na produção dos artefatos • Projeto tem proposta de uso múltiplo em parceria com a FUNTAC (sementes florestais) • Estão procurando soluções quanto a capacitação no SEBRAE e outras instituições. • Projeto de assentamento agroextrativista – poderia ser criada uma UC como saída de preservar o resto da área? • IMAFLORA fez uma visita e vai realizar uma avaliação (pré certificação) com a madeira que vai ser trabalhada ainda no mês de agosto) acham que vão ter o selo verde no ano 2001/2002.
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • A quatro anos que está esperando cortar a madeira. Espera-se que este ano seja possível. 		
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de invasão de terras • Falta de apoio do poder público para resolução de conflitos fundiários <p>Venda de áreas e abandono por parte das famílias</p>		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de realizar planejamentos participativos e propor as atividades em conjunto, adaptados ao calendário de atividades das famílias. • As prioridades não estão sendo as mesmas entre a coordenação e as famílias. • Necessidade de desenvolver outras atividades produtivas, não se limitar ao manejo florestal. 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de acesso a área de manejo • Tem serra picapau – 4 m3/dia alto consumo de diesel 		

PROJETO: Pedro Peixoto, AC. 1994 – começou oficialmente. 1995 – primeiros levantamentos. 1996- preparo das áreas e 1997- primeiro corte fundos: ICRAF e FMNA			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Área explorada muito reduzida • Reduzido número de participantes • Não apresentou dados quanto à melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, entretanto hoje a renda principal do pessoal é o manejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do ciclo de corte • Participação ativa dos produtores • Sistema de manejo: acessível aos pequenos produtores, sem a dependência do parceiro institucional • Serra portátil tem as mesmas perdas da motosserra, pois o número de cortes aumentou, só que a qualidade é melhor e o ganho também • Há estudos de monitoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias institucionais • Treinamento aos produtores • Os produtores fizeram cursos de capacitação, para queda direcionada • Futuro do projeto: poderão ser aumentadas 10 famílias. Hoje tudo é decidido pelos agricultores • As atividades são por mutirão e por habilidades individuais • Em Pedro Peixoto, o avanço é de 2 a 3 ha/ano – o manejo deu um segundo uso para as áreas que seriam futuramente desmatadas
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • No caso de agricultores cuja principal renda é ainda a pecuária. o manejo é secundário • A EMBRAPA vai sair do projeto ano que vem. Haverá transição? Haverá a continuação do mesmo rendimento? 		
LEGAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações de ordem legal: o manejo deve ser simplificado 		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Todo o projeto foi subsidiado pela EMBRAPA 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Muita quantidade de resíduo no local de desdobro • Motosserra = 50% de perda 		

PROJETO: FUNTAC/ITTO – Floresta Estadual do Antimary, AC. Componente Comunitário			
ASPECTOS AVALIADOS	PRINCIPAIS PROBLEMAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS	ASPECTOS POSITIVOS
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> Projeto ficou parado por muito tempo (gestão política anterior). Condições de educação e saúde precárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de 50 postos de trabalho/ano. Realização de estudos de monitoramento: técnico, ambiental, operacional, econômico e ergonômico. Formação de agentes florestais comunitários. Articulação dentro do Governo para a finalização do problema fundiário. Negociação com o INCRA para inclusão na FEA dos PAEs Limoeiro e Canary. Inclusão de novas espécies no mercado. Fortalecimento das Associações e da Cooperativa. 	<ul style="list-style-type: none"> O projeto possui caráter de replicação. Existe uma atividade concluída que consistiu na capacitação de seringueiros em marcenaria, para a produção de artefatos domésticos com o designer elaborado por um grupo de designers. Infraestrutura de acesso implantada. Grupo de seringueiros treinados em operações florestais. Área do projeto está há uma distância de 100km de Rio Branco. Seguramente uma das áreas mais estudadas da Amazônia.
ECONÔMICOS E FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> Pouca Infraestrutura em florestas públicas de produção. 		
LEGAIS E FUNDIÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> A área da FEA foi arrecadada e desapropriada, mas a última etapa, a indenização dos antigos proprietários, não foi concluída. 		
INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> Falta de parcerias contínuas. 		
TÉCNICOS	<ul style="list-style-type: none"> Carência de capital humano capacitado em operações florestais. Dificuldades de manejar e valorizar a floresta. Possuímos uma relação volume/área de espécies comerciais relativamente baixa. 		

3. O manejo florestal comunitário e sua atual inserção na política florestal

3.1. O cenário mundial (experiências do IIED)⁴

Foram apresentadas algumas lições internacionais sobre manejo florestal comunitário, dando ênfase, principalmente, a casos da Ásia e África. Foi feita uma abordagem sobre as formas de organização social e as relações entre os atores envolvidos neste processo.

3.1.1. Comunidade manejando sozinha ou na forma de parcerias

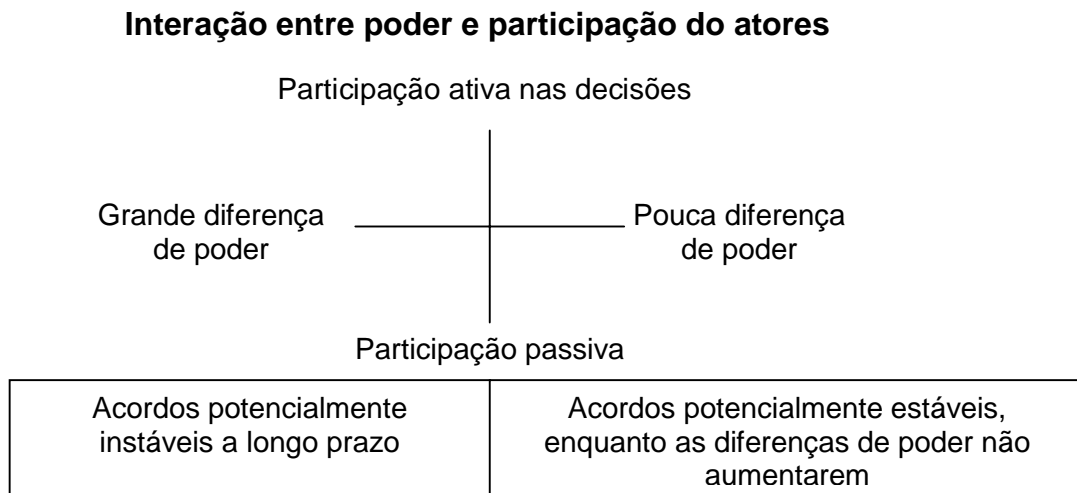
São muitas as vantagens dos sistemas tradicionais de manejo florestal comunitário. Estes sistemas i) são bem adaptados ao contexto local, ii) têm boa aceitação local e iii) têm um baixo custo de implantação. Entretanto, têm também as suas fraquezas, como i) em alguns casos não são favoráveis ao meio ambiente, ii) muitas vezes podem gerar desigualdades locais, quando são formados por grupos não muito homogêneos ou quando existem vários grupos de interesse, e iii) são pouco eficientes ou pouco sustentáveis quando se relacionam com outros atores fora do seu convívio ou com os mesmos valores.

Quando a qualidade e a regularidade de produtos oriundos do MFC não podem ser asseguradas, sempre haverá dificuldades. Porém, o manejo em parcerias é complexo, porque traz questões de poder dos atores e necessita de negociação do papel de cada ator. A longo prazo, é interessante realizar parcerias com agentes mais experientes, principalmente do setor privado e do governo, e também quando o assunto é o gerenciamento de conflitos.

Como são muitos os atores envolvidos no uso dos recursos, a participação ativa e passiva e as diferenças sobre os poderes de negociação podem apresentar um cenário político não muito favorável para as comunidades (vide Gráfico 1). No caso de uma participação muito ativa nas decisões e de haver muitas diferenças de poder, as vontades podem ser impostas. De um lado temos a importância do poder e do outro os interesses dos atores para manterem uma boa relação. Podem haver casos de competição (vide Gráfico 2). Quando os retornos são pequenos de um lado, principalmente das comunidades, haverá conflitos. A negociação é muito importante neste caso. Não se pode ignorar o poder local, que tem muita intimidade com o recurso. Nas relações comerciais tal fato geralmente não ocorre.

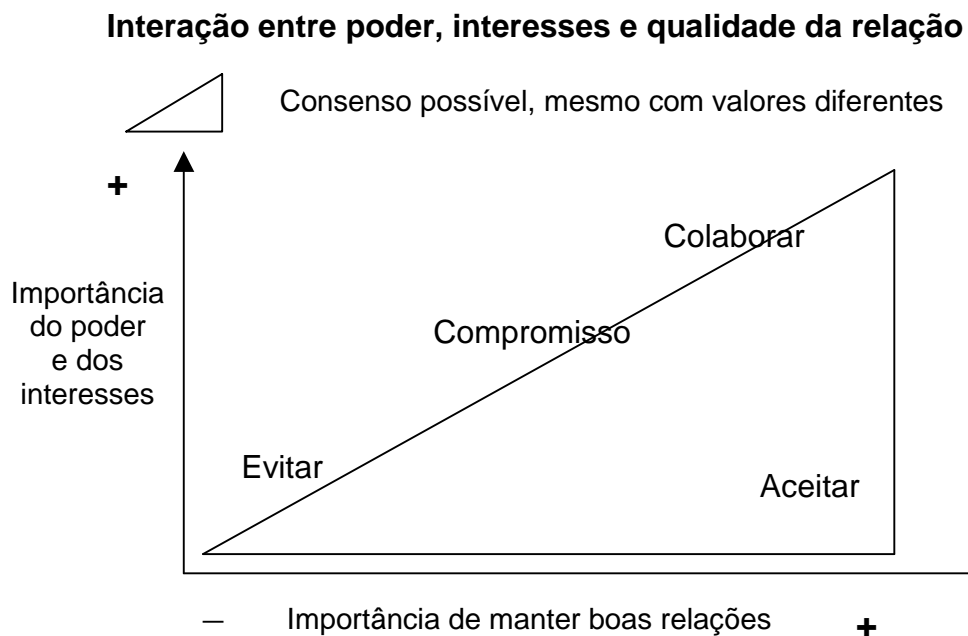
⁴ O IIED (Instituto Internacional de Desenvolvimento e Meio Ambiente) é uma organização independente, sem fins lucrativos, que promove padrões sustentáveis de desenvolvimento mundial através da pesquisa e de estudos sobre políticas públicas. Com sede em Londres, o Instituto realiza um trabalho interdisciplinar com questões ligadas às conexões entre o desenvolvimento econômico, o ambiente e as necessidades do ser humano. O objetivo principal do IIED é melhorar a administração de recursos naturais, de forma que as comunidades e os países do Hemisfério Sul possam melhorar seus padrões de vida, sem prejudicar a base de seus recursos. Seu trabalho é empreendido em conjunto com governos e agências internacionais, comunidade acadêmica, fundações e ONGs.

Gráfico 1



Fonte: Sidaway, (1997).

Gráfico 2



Fonte: Vodoz, (1994).

Para explicar melhor, o IIED, a partir das experiências na África, vem desenvolvendo uma ferramenta de trabalho de como definir o papel e o poder de cada ator e como funcionam estas relações. Este método de trabalho tem ajudado a compor e a entender parcerias entre estes atores ou grupos de interesse.

Essa ferramenta é chamada de “4 Rs”, que vem de uma terminologia inglesa em que cada R tem um significado, como é mostrado a seguir:

- os direitos;
- as responsabilidades;
- os retornos do uso do recurso; e
- as relações entre os atores.

Quando queremos avaliar um cenário onde existem vários atores envolvidos, colocamos de um lado todos estes atores e do outro os 4 Rs. Esta avaliação demonstra se há desequilíbrio, e pode ajudar onde os problemas devem ser trabalhados. No entanto em algumas situações a não funciona muito, como é o caso a atuação dos órgãos públicos como atores responsáveis pelo controle e monitoramento da produção florestal aqui na Amazônia. Se existe um quadro de muita informalidade nas relações entre os atores, podem aparecer aspectos oportunistas que geram muita insustentabilidade nas relações. Quanto mais poderoso o ator, mais ele se impõe.

Essa ferramenta pode mostrar se há ou não equilíbrio nas relações entre os atores e pode definir melhor as responsabilidades de cada um, ajudando a entrar na problemática do manejo. A situação ideal seria uma combinação entre a formalidade e a informalidade.

3.1.2. Que tipo de envolvimento as comunidades têm de seguir no manejo: verticalização ou horizontalização (pouco envolvimento no processo produtivo)

Quando uma comunidade tem acesso direto ao recurso florestal e ela praticamente o repassa para um consumidor na forma de matéria-prima, as porcentagens de lucro são muito pequenas. Os retornos são proporcionais à escala de agregação de valor dos produtos manejados.

Outro aspecto é o acesso aos mercados. Quanto mais relações se têm com os mercados locais, menos retorno se consegue, pois os preços de venda do mercado local são baixos. Quando a comunidade é capaz de avaliar melhor o potencial dos recursos, passa a negociá-los melhor.

3.1.3. Vantagens e desvantagens da verticalização

- Não há vantagens se houver pouca experiência.
- Se o alvo é o mercado local, o risco é menor.
- Se vai para mercados mais distantes, há problemas da qualidade e regularidade, e a maioria das comunidades ainda tem pouca experiência.

3.1.4. Considerações finais

- O MFC necessita de uma perspectiva de uso da terra, e não só do manejo florestal. Neste caso o retorno é muito duvidoso.
- Quando os 4Rs são muito informais, como é o caso de receber só incentivos e pouca ou nenhuma assistência técnica, pode acontecer um aumento na pressão sobre a floresta. Neste caso, não se sabe se é melhor dar incentivos para a agricultura.
- O uso de capoeiras pode diminuir a pressão sobre a floresta nativa.
- Se a produção agrícola receber mais incentivos, pode-se desmatar mais, o que, por um lado, aumenta a renda do agricultor. Não é sempre que o aumento da renda resulta em melhor manejo do recursos naturais.
- A aplicação dos 4Rs para cada uso da terra é que vai indicar como o processo vai evoluir.
- A parceria como uma perspectiva de uso múltiplo da terra parece ser mais sustentável do que só focar recursos florestais. Há muita competição, a não ser que haja relações com o mercado local.
- A parceria obriga a aceitar uma dimensão bem política do MFC. Neste caso, não é só a comunidade, mas também a inclusão do setor comercial e do governo.
- Ver o setor privado como um potencial parceiro a longo prazo, principalmente na comercialização e no beneficiamento da produção.
- Não existe receita para o manejo florestal comunitário. Uma chave de sucesso é regularmente revisar os 4Rs.
- As políticas florestais deveriam permitir a negociação dos 4Rs, além de incentivar iniciativas piloto e tirar boas práticas disto, e não só ficar avaliando as práticas locais isoladas.

As palavras-chave neste caso são:

- Adaptabilidade a diferentes condições.
- Flexibilidade das parcerias e uso diferenciado dos recursos da terra, muito mais além do recurso florestal. Usar a terra com mais eficiência pode reduzir pressões sobre a floresta.
- Participação dos atores locais numa base de negociação similar.
- Aceitação da necessidade de uma aprendizagem contínua em nível de política florestal, que tem de evoluir no tempo.

3.2. **O cenário nacional: apresentação do Programa Nacional de Florestas - PNF**

O programa foi instituído em 20 de abril de 2000, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores, de modo a promover a ampliação dos mercados interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

O PNF é um dos instrumentos-chave para implementação da Política Nacional de Florestas. O pressuposto básico para atrair investimentos externos é que as atividades decorrentes desses investimentos alcancem os mais elevados padrões socioambientais,

preferencialmente atestados por organismos independentes e credenciados internacionalmente.

A elaboração do PNF foi feita mediante um amplo processo de consulta aos diferentes segmentos da sociedade brasileira, envolvidos, direta ou indiretamente, com o setor florestal. Este processo inclui seminários e reuniões com representantes dos diversos segmentos produtivos nas áreas de produtos madeireiros, não-madeireiros (látex - borracha natural, castanha-do-brasil, essências para fabricação de cosméticos, piaçava, palmito, plantas medicinais e aromáticas etc.), papel e celulose, lenha para uso doméstico e industrial e carvão para siderurgia.

Existem diversas ações em andamento que devem servir de base para a formatação e a implementação do PNF. O mapeamento completo dessas ações será feito durante o processo de consulta e incorporação, no PNF, dos projetos/atividades previstos nos demais programas do PPA 2000-2003, que tenham vínculo com a temática florestal.

As ações prioritárias do governo federal, com os respectivos investimentos nos próximos quatro anos, estão detalhadas setorialmente, destacando-se para a área florestal os Programas de Expansão da Base Florestal Sustentável-FLORESTAR, de Florestas Sustentáveis - SUSTENTAR e o de Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER.

3.3. A experiência local: o Estado do Acre (SEFE)

Em um ano e meio de governo, o Estado do Acre tem como opção estratégica um conjunto de idéias em que se busca o desafio de utilizar o seu recurso florestal em proveito da sociedade, agora e no futuro. No Acre, a realidade que a gestão atual encontrou foi i) acesso muito fácil ao recurso, o que é comum em toda a Amazônia, ii) excesso de regulamentação do uso destes recursos e iii) controle e monitoramento ineficientes.

Havia também muito preconceito com relação ao modelo de desenvolvimento, tanto em nível institucional como das pessoas, aliado a uma carência muito grande de informações confiáveis. O setor florestal foi muito negligenciado nos governos anteriores.

O governo adotou como estratégia a criação de um instrumento de ação, que foi a Secretaria de Florestas e Extrativismo - SEFE. Foram contratados técnicos competentes e iniciou-se o estabelecimento de parcerias estratégicas com financiadores, com o intuito de buscar informações confiáveis para embasar a tomada de decisões mais adequadas. Pretende-se gerar produtos concretos e respostas rápidas, pois o setor madeireiro no Estado tem uma expressão política muito modesta, e a partir daí começou a negociar com este setor, para mudar a situação atual. Os principais pontos a serem trabalhados são: i) a comercialização da castanha e borracha, ii) a utilização dos produtos madeireiros, iii) o fortalecimento do setor moveleiro, iv) a promoção de encontros com investidores e v) a ação de parcerias comerciais.

Objetivo final: manejar a floresta corretamente, gerar renda e agregar valor nos domínios do Estado com qualidade. Estão sendo geradas informações confiáveis para o setor, além

de investir em capacitação, como perspectiva de criar uma política florestal aliada a incentivos para o setor, na rota do desenvolvimento sustentável.

Não há ainda uma política florestal descrita no papel, no entanto as parcerias de trabalho já estão em fase de execução. A idéia é construir com a sociedade local o futuro do Estado, levando em consideração a sua realidade. Outro aspecto levantado é o de estimular práticas que não são concorrentes com a floresta. No caso da agricultura e da pecuária, as tecnologias devem ser modificadas e adaptadas.

Qualificação de mão-de-obra: o Estado necessita ter instrumentos econômicos e infraestrutura. É necessário também disponibilizar informações tecnológicas para os usuários da floresta e modernizar o sistema de monitoramento e controle. O zoneamento ecológico econômico – ZEE - é hoje a principal ferramenta de trabalho que vai trazer avanços no problema da regularização fundiária, por exemplo.

A elaboração do ZEE envolve a realização de estudos sobre os sistemas ambientais, as potencialidades e as limitações para o uso sustentável de seus recursos naturais e sobre as relações entre a sociedade e o meio ambiente, como subsídio para negociações democráticas entre o governo, o setor privado e a sociedade civil, no que diz respeito às estratégias alternativas de desenvolvimento regional sustentável.

Com relação ao manejo comunitário, este se insere na lista das boas experiências que o governo quer difundir. O CTA e a Embrapa são os melhores exemplos. Esta é uma das prioridades de governo, porque o MFC é uma das melhores opções hoje para as populações tradicionais.

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, alguns órgãos em nível federal e o ministério público estão fazendo uma espécie de pacto para agilizar os processos de licenciamento e para solucionar o problema fundiário, que são uns dos principais gargalos dos projetos, hoje.

4. O mercado de madeira para os projetos de MFC

4.1. Apresentação do Grupo de Compradores (Amigos da Terra)

Numa reunião ocorrida em Manaus, em outubro de 1999, em que foi discutida a oportunidade de negócios entre produtores e consumidores de madeira, constatou-se que a demanda por madeira certificada é bem maior que se imaginava. Este fato é devido principalmente a exigências do mercado internacional. Foi dado, então, o primeiro passo para o estabelecimento de um compromisso entre alguns empresários do setor, de consumir matéria-prima florestal oriunda de fontes certificadas. Este grupo também chegou a duas conclusões, i) deve haver a união de interesses para convencer o mercado local a respeito da necessidade de um compromisso com a conservação e ii) ao mesmo tempo, ter oferta de madeira oriunda de bom manejo.

Em abril de 2000, foi realizada a reunião de fundação do grupo de compradores, na qual em torno de 40 empresas aderiram ao grupo. Neste encontro, convencionou-se o uso somente de madeira de origem certificada. Os associados discutiram o compromisso de estar consumindo até 20% de matéria-prima certificada em 2003. Foi assumido o

compromisso de, a partir de 2005, consumir até 50% de madeira certificada. Hoje, o grupo possui 43 empresas associadas, entre elas governos de estado e prefeituras municipais. Este grupo está agitando inclusive mercados regionais da Região Norte. Outra estratégia do grupo é difundir a certificação em nível nacional, visto que a grande produção de madeira oriunda da Amazônia é consumida no centro-sul do País. O movimento atinge ainda o mercado de consumo de madeira de reflorestamento, que também está começando a investir na certificação. Este grupo é coordenado pela instituição Amigos da Terra, que também está montando um sistema eletrônico de comercialização de produtos florestais oriundos da Amazônia, via internet.

Para a Oficina, foram convidados quatro representantes do grupo, para um debate sobre a comercialização de madeira, as exigências de mercado, os prazos de entrega, as distâncias e o transporte de matéria-prima.

Ao contrário da II oficina, ocorrida em Marabá⁵, estavam presentes empresas que consomem bastante madeira para fabricar, principalmente, pisos e portas. Geralmente, são utilizadas madeiras de alta densidade, como jatobá, ipê, roxinho, dentre outras, com bastante tradição no mercado. Hoje, várias destas empresas estão usando madeira de reflorestamento, por falta de oferta de madeira tropical certificada para suprir as vendas.

Vale destacar que o consumo dessas empresas é relativamente alto, chegando a volumes anuais de 20.000 metros cúbicos de madeira. Este setor atende em muito ao mercado internacional, principalmente os mercados da Europa e dos Estados Unidos, na forma de produtos semi-acabados e acabados. Uma das empresas, inclusive, fornece para uma das maiores cadeias inglesas que fabricam produtos do tipo “faça você mesmo”.

Como o principal mercado dessas empresas é a exportação, há um interesse muito grande por parte delas em comprar madeira de origem certificada. Muitas já estabeleceram, inclusive, metas de consumo de matéria-prima com o selo verde, até como estratégia de sobrevivência no mercado.

Como hoje na Amazônia brasileira não há praticamente oferta de madeira certificada, algumas empresas estão percorrendo outros países, como a Bolívia, em busca de madeira certificada. Outra colocação feita por parte dos compradores é que as distâncias de transporte neste caso não serão barreiras, se a madeira for certificada.

Segundo os empresários, deve-se trabalhar melhor a conscientização do consumidor, pois é ele que vai tomar a decisão de comprar ou não. Este trabalho deve ser feito com mais intensidade aqui no Brasil, do que nos países importadores de madeira.

4.2. Possibilidades de mercado para os projetos de MFC

Os compradores deixaram claro o interesse de compra de madeira oriunda dos projetos de MFC, independentemente de cor, densidade e volume. Eles se dispõem a buscar esta madeira onde ela estiver. Alguns projetos de MFC que estavam presentes foram,

⁵ Na II Oficina, foram convidados empresários e *designers* que utilizam madeira para fabricação de móveis e peças de fino acabamento e de alto valor de mercado. O consumo neste caso é menor em termos de volume e bem mais diversificado, sendo, a qualidade e as especificações da madeira levadas muito mais em consideração.

inclusive, discutidas em nível de possibilidade de teste de espécies que estão retirando de suas florestas.

Os empresários acham que, futuramente não vai haver a tendência de procura por uma ou outra espécie, mas sim de madeira certificada. Este aspecto é muito positivo para futuros negócios com os projetos de MFC, apesar de o problema da alta diversidade de espécies de madeira ser comum a todas as escalas de manejo florestal.

As possibilidades de contratos futuros podem existir, mas só com madeira certificada. Entretanto, como a maioria desses empresários consome hoje madeira legalizada por meio de notas fiscais, e não de origem comprovada de locais onde está sendo realizado o manejo florestal sustentável, as possibilidades de iniciar uma parceria a longo prazo e começar a comprar a madeira de projetos que têm como meta a certificação também poderão vir a ser concretizadas. Para as empresas, a diferença entre madeira manejada e certificada é muito grande. A prioridade sempre vai ser a certificada, mas as possibilidades de compra de madeira manejada continuam sendo viável como opção de compra.

Os empresários propuseram que a venda da produção oriunda dos projetos comunitários fosse feita em conjunto. Segundo a experiência das próprias empresas, lançar no mercado pequenas quantidades de volume de madeira pode trazer vários insucessos aos projetos.

Os grandes atacadistas, sejam de lá fora como aqui no Brasil, estão se recusando a comprar de pequenos, justamente porque necessitam fazer contato com muitos produtores e dificilmente os contratos poderão ser firmados. Segundo os empresários, nos projetos de manejo florestal comunitário há deficiências quanto a questão de industrialização e comercialização da produção madeireira. Poderia-se pensar então em fazer uma cooperativa de projetos para vender madeira para o mercado.

É importante que haja um agente (um comprador) para aglutinar volumes de projetos comunitários, o que pode facilitar a vida de ambos os lados. Entretanto, esta pessoa precisa ser de confiança, conhecer bem os seus clientes e conhecer o que está vendendo, para esta idéia poder dar certo.

As feiras internacionais de produtos da floresta também podem ser uma saída para a comercialização, mas a certificação, neste caso, também pode vir a ser uma barreira.

4.3. A certificação florestal: discussão de conceitos com os representantes das comunidades

Foi realizada uma atividade de discussão sobre a certificação florestal. Esta atividade contou com a participação de cerca de 20 pessoas, em sua maioria comunitários e técnicos de projetos de manejo.

O objetivo principal foi difundir alguns conceitos básicos da certificação e como são realizadas as avaliações de certificação.

Após uma breve introdução sobre a certificação florestal, os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho, que passaram a enumerar os cinco pontos que consideravam mais importantes para a realização do bom manejo florestal comunitário. Os pontos levantados pelos grupos foram (todos os grupos acabaram por levantar mais do que os cinco pontos inicialmente propostos):

Derrubada direcionada	Respeito às leis
Existência de árvores frutíferas	Benefícios aos envolvidos
Realização de corte seletivo (> Daps)	Respeito às áreas de preservação permanente
Monitoramento	Queda direcionada
Preservação da água	Planejamento de estradas de arraste
Corte de cipós	Conservar árvores frutíferas
Legalização	Respeito aos costumes
Boa comercialização	Participação de todos
Dar lucro	Boa distribuição financeira
Boa organização	Envolvimento da comunidade
Boa equipe/experiência	Trazer benefícios sociais e econômicos
Bom aproveitamento/seleção	Critérios técnicos (ecológicos e econômicos – bom senso)
Menos impacto	Bom planejamento
Garantir a regeneração	Segurança do trabalho

Cada grupo escolheu um representante para expor o trabalho, além de explicar o porquê da importância dos pontos selecionados. É interessante notar que vários aspectos considerados importantes para o manejo florestal comunitário foram levantados por mais de um grupo.

Como vários pontos diziam respeito a temas em comum, eles foram agrupados por meio de um exercício de consolidação. Os itens necessários ao bom manejo florestal comunitário passaram a ser:

1. Menor Impacto
2. Benefícios Ambientais
3. Respeito às Leis
4. Benefícios Econômicos
5. Distribuição de Benefícios
6. Benefícios Sociais
7. Garantir a Regeneração da Floresta
8. Envolvimento da Comunidade
9. Organização da Comunidade
10. Planejamento
11. Respeito aos Costumes e ao Poder de Decisão da Comunidade
12. Critérios Técnicos Adequados

- 13. Capacitação
- 14. Segurança/Bons Equipamentos
- 15. Monitoramento

Após a definição desses itens, foi dada uma explicação rápida sobre os padrões para certificação e como o exercício que os participantes tinham acabado de realizar era semelhante ao processo de definição de padrões para certificação. Foi discutido, brevemente, como os padrões de manejo são utilizados em uma avaliação de certificação florestal.

A próxima etapa da atividade foi um exercício prático, no qual foi feita uma análise geral da operação de manejo florestal comunitária de Pedro Peixoto, visitada naquela semana, segundo os padrões desenvolvidos pelos grupos. Cada um dos 15 itens foi analisado de acordo com o seguinte critério:

- 1- Ruim
- 2- Não tão ruim
- 3- Adequado/bom
- 4- Muito bom
- 5- Ótimo

Neste exercício prático, os participantes consideraram a operação florestal comunitária de Pedro Peixoto como adequada, tendo apenas que melhorar em aspectos como a organização da comunidade (9) e saúde e segurança do trabalho e equipamentos (14). É importante ressaltar que o exercício foi apenas didático, e não constitui uma avaliação das atividades do manejo florestal de Pedro Peixoto. Os trabalhos permitiram uma melhor compreensão dos padrões de manejo, de sua importância para a certificação florestal e de como são feitas as avaliações de certificação.

5. Cadeias de comercialização em Projetos de Manejo Florestal Comunitário⁶

Algumas das maiores preocupações hoje dos projetos de MFC são a sua inserção no mercado, a problemática do manejo dos recursos naturais e, por fim, como se relacionar com grupos externos na hora de comercializar os seus produtos. Este processo envolve estratégias de inserção de mercado. A grande pergunta é: Como podemos ter uma inserção dos projetos ou comunidades mais adequada neste sistema? Para esclarecer estes pontos é importante entender qual é a linguagem utilizada para se falar de mercado e ter uma inserção dentro dele. A seguir, são passados alguns conceitos fundamentais desta linguagem.

5.1. O que é o mercado?

Mercado é um sistema amplo de relações econômicas e impessoais. Não é uma troca entre amigos, mas sim entre pessoas que não se conhecem. O mercado facilita a troca de bens produzidos ou de uma mercadoria que não é qualquer bem, pois este é produzido e passível de ser vendido. Outro fator que pode ser considerado aqui é o dinheiro.

⁶ As definições apresentadas no texto a seguir foram fornecidas pelo Prof. Paul Little do Depto. de Antropologia da UnB.

Existem várias formas de troca que não entram nesse tipo de relação, ou seja, a não-circulação de dinheiro, como o escambo, o mutirão ou a figura do marreteiro que todos nós conhecemos bem. A lógica do mercado é a forma predominante de troca hoje em dia.

5.2. Como funciona o mercado?

Regras de funcionamento de mercado: formas de coordenar estas relações econômicas de troca ou dinheiro. Quais são estas regras:

Noção de procura e oferta. Por um lado, existem pessoas que querem vender um produto e, por outro, outras que querem comprar este produto. Esta é uma relação básica, e, por meio de várias interações, aparece então a idéia de preço. Existe uma velha regra que diz que quanto maior a procura maior o preço, sendo assim, são relações econômicas impessoais.

Noção de lógica de mercado: Esta lógica não reconhece pessoas, principalmente no caso de produtos muito valiosos como, por exemplo, ouro. Os mecanismos de procura são de curto prazo. Se existe um produto que tem procura e bom preço, ele vai ser vendido logo. Assim acontecem com os produtos da floresta.

A pressão sobre os produtos para abastecer o mercado pode acabar com as florestas. Temos aí a noção da *sustentabilidade do mercado*. Neste caso, não se pensa no futuro (é a tal da lógica de mercado). As comunidades é que precisam ter a noção de futuro, e não o mercado. O importante é garantir o recurso e ter sempre produtos para vender: conceito de *sustentabilidade ambiental*.

A noção de planejamento dos recursos e qual a quantidade que se vai vender são decisões a serem tomadas pela comunidade, apesar de existirem sempre as pressões de mercado, preço etc. Caso não houver este tipo de planejamento, os estoques ou a matéria-prima tendem a acabar.

Outro ponto: Relações econômicas impessoais ocorrem entre milhões de pessoas. É impossível conhecer ou ter contato com todas as formas de comércio. A dinâmica do mercado é muito difícil de se controlar. O poder econômico, no entanto, tem um certo poder de controle sobre este sistema.

5.3. Análise das cadeias econômicas

Uma cadeia tem elos, e estes são em seqüência. Quando se quebra um dos elos, o começo não encontra mais o seu fim. Assim funcionam as cadeias econômicas. Existem vários tipos de cadeias, que estão descritas a seguir.

Cadeias de produção: todas as instâncias necessárias para produzir um bem. Pode-se analisar qualquer cadeia de produção de um bem.

Cadeias de consumo: são todas as instâncias posteriores à produção de um bem. Em ambos os casos, temos as cadeias de comercialização.

Cadeias de comercialização: são todos os passos de troca e transporte de um bem produzido ou vendido. São muitos os elos para se chegar à sua finalidade útil. Tudo começa com a matéria-prima, depois vem a relação de compra e venda e, em seguida, o transporte e a embalagem; assim se forma a cadeia. Se há a quebra em um dos elos, a cadeia se perde. Os demais elos podem continuar a funcionar, mas a cadeia posterior deixa de existir. Sendo assim, cada elo é muito importante.

Cadeias de saída (que é o nosso caso). o que acontece com os produtos que estamos vendendo e quais foram os passos que ele seguiu para chegar a uma fonte determinada.

A cadeia de comercialização passa tanto pela cadeia de produção como pela de consumo. Este processo funciona na fabricação, manufatura e posterior venda. Ela atravessa todo o processo econômico da matéria-prima e termina quando o produto é consumido em qualquer parte do mundo. Do nosso ponto de vista (de onde estamos), temos as cadeias de entrada e de saída. Podemos ter relações com o mercado, como compradores e como vendedores. As trocas entre estes dois sistemas sempre vão ocorrer em nossa vida. Se formos analisar uma cadeia de qualquer bem que estiver ao nosso alcance, poderemos perceber que existem elementos básicos de uma cadeia, que são:

- Matéria-prima => uma ou várias cadeias de comercialização, de produção, de transporte
- Produto(s) beneficiado(s) => uma ou várias cadeias de comercialização, de produção, de transporte, de embalagem etc.
- Produção de um bem específico
- Distribuição
- Venda (atacado/varejo)
- Consumo

5.4. Redes de mercado

O sistema de mercado está espacialmente estruturado em redes locais, regionais ou nacionais e globais ou mundiais. Tal fato implica que uma rede seria uma certa articulação econômica, em um espaço geográfico determinado. Existem então as especializações, como, por exemplo, o transporte (redes regionais, internacionais etc.). Na comercialização ocorre o mesmo. Existem redes especializadas na comercialização de vários produtos, o que ocorre em âmbito local, nacional e internacional.

5.5. Agregação de valor nos produtos

Cada um dos passos de uma cadeia implica que uma pessoa ou grupo está tendo algum lucro: chamamos então de *agregação de valor*. As pessoas, no início da cadeia, têm menos poder e menos opções de mercado. As matérias-primas tendem a ser menos valorizadas nas cadeias de comercialização. Em cada elo temos esta condição. As pessoas ou grupos que controlam as redes tiram sempre mais lucro. O preço de um produto inclui o somatório de todos os processos em cada elo dentro da cadeia.

5.6. Trabalho em grupo: mapeamento de cadeias comerciais

Como estratégia de trabalho e para tornar o processo mais didático, foi proposta uma divisão de grupos de trabalho para exercitar os conceitos sobre a cadeia de comercialização. Alguns exemplos de produtos foram fornecidos pelo moderador dos trabalhos, como a coleta de látex, do palmito e de madeira em várias situações de rede de mercado, em nível local, nacional e internacional.

Cada grupo foi representado por um projeto de MFC, e o objetivo principal foi tentar pensar em possíveis estratégias de inserção de seus produtos no mercado. Estas estratégias de comercialização precisam ser, necessariamente, em benefício da comunidade e, também, sustentáveis no tempo.

5.7. Estratégias de inserção no mercado

Maneiras de controlar ou modificar a sua inserção na cadeia

Cortar ou tirar ou controlar vários elos: eliminar, se possível, elementos de intermediação, o que vai afetar diretamente o lucro. O problema aqui é beneficiar ao máximo uma comunidade ou um projeto, aumentando os lucros. Porém, os riscos também aumentam, inclusive o de dependência de quantidades preços etc. Por isto, deve-se atentar para tal fato. O objetivo também é eliminar as injustiças sociais e econômicas, por exemplo, no transporte.

Limitar as cadeias: fortalecimento de mercados locais. São estabelecidas as relações mais fortes, incluindo campanhas para os consumidores locais. Vínculos econômicos e sociais são também fortalecidos. Podem-se obter menos lucros, no entanto há mais controle sobre os processos e, conseqüentemente, corre-se menos riscos.

Agregação de valor: mais concentração de lucros no beneficiamento local (dentro das comunidades). Os processos de produção locais aumentam o valor dos produtos, o que implica mais gastos na compra de equipamentos e em treinamento, riscos com manutenção etc. Pode-se perder muito com isso, se não houver um bom controle.

Cadeias de venda: os lucros serão maiores se a cadeia de compra for bem pensada.

Cadeias de compra: estratégias para que se precise de menos dinheiro.

6. Os recursos disponíveis para financiar os projetos de MFC

A Amazônia tem um grande potencial para se desenvolver através do aproveitamento racional dos produtos e processos regionais. Tal potencial ainda é muito pouco aproveitado, e o desafio para a região é conciliar o desenvolvimento com o equilíbrio ambiental, com o respeito às questões sociais da região e, principalmente, com viabilidade econômica nas iniciativas. Três tipos de instituições estavam presentes para falar sobre os recursos para manejo florestal comunitário. São eles: i) os recursos de doação, ii) os recursos para crédito e iii) os recursos de capital de risco. A seguir será descrito como são estes fundos.

6.1. Recursos de doação

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

É uma organização financeira privada, e seus fundos são canalizados por intermédio do Banco Mundial, reservados para a conservação da biodiversidade. Foi criado em 1995, e no ano seguinte abriu o seu primeiro edital. Foram aprovados dez projetos, que serviram para ilustrar a necessidade de se fazer um planejamento estratégico ou um plano de negócios dentro dos projetos a serem apoiados no futuro. Num segundo edital, em 1999, o FUNBIO abriu recursos só para apoio a planos de negócios. Em 2000, além de apoiar tais planos, de a instituição percebeu a necessidade de apoiar a produção sustentável, destacando o apoio técnico durante o tempo de execução destes projetos. Pode também ser incluído na avaliação um acompanhamento na comercialização, diminuindo, assim, o nível de risco dos projetos.

O Programa de Apoio à Produção Sustentável está voltado para consolidar iniciativas inovadoras de uso sustentável da biodiversidade no Brasil, que representem uma alternativa às atividades econômicas de alto impacto ambiental e ampliem as possibilidades de geração de emprego e renda para populações locais. Para isto, o Programa tem como alvo empreendimentos de pequeno porte, já em operação, que, apesar de apresentarem potencial econômico, encontram estrangulamentos para sua consolidação e expansão.

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o FNMA é um dos mais importantes instrumentos de financiamento da Política Nacional do Meio Ambiente. Seu objetivo principal é o apoio financeiro a projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, elevando as condições de vida da população brasileira.

A instância de decisão do FNMA é o Conselho Deliberativo, que tem a palavra final na aprovação de projetos a serem apoiados. Este Conselho é composto por representantes do governo e de organizações não-governamentais - ONGs, que atuam na área de meio ambiente.

A administração do FNMA, representada por sua diretoria, vincula-se à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente – SECEX/MMA, e é composta por um corpo

técnico que tem como responsabilidade a análise de projetos, seu acompanhamento e sua avaliação final. Recorre-se também à comunidade técnico-científica atuante em universidades, governo e ONGs para a análise da viabilidade técnica das propostas de projetos submetidas à apreciação do Conselho.

Os recursos do FNMA provêm do Tesouro Nacional e de contratos de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Outras agências de financiamento também podem utilizar o FNMA como instrumento de financiamento para a Política Nacional do Meio Ambiente.

ProManejo

O Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - ProManejo foi elaborado em 1995 e entrou em operação no segundo semestre de 1999. O projeto está dividido em quatro componentes:

- Componente I - Análises Estratégicas para Subsidiar a Formulação de Políticas Públicas.
- Componente II – Apoio e Promoção de Iniciativas Promissoras de Manejo em Diferentes Sistemas de Produção Florestal.
- Componente III – Desenvolvimento e Teste de um Sistema Piloto de Controle e Monitoramento da Atividades Florestais.
- Componente IV – Apoio ao Manejo de Recursos Florestais na Floresta Nacional do Tapajós.

O projeto possui um orçamento total de 18 milhões de dólares, para atuar até junho de 2004. É financiado pelo governo alemão (KfW), pelo Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Bird (RFT), pelo governo britânico, via agência de cooperação (DFID), pelo fundo de contrapartida do governo brasileiro. Sua coordenação está sediada na cidade de Manaus-AM, que atua em conjunto com a agência alemã de cooperação técnica (GTZ).

O Componente II tem como objetivo principal identificar, promover e apoiar iniciativas promissoras de manejo florestal de produtos madeireiros, em áreas públicas e privadas, na escala empresarial e comunitária, que sirvam de modelos regionais em caráter demonstrativo. Este componente possui um Manual Operacional para apresentação de propostas, que é divulgado na forma de edital. No seu primeiro edital, finalizado em 2000, foi aprovado aproximadamente 1,97 milhão de dólares no apoio a projetos de manejo florestal sustentável. Deste total, 49,9% está apoiando projetos de manejo florestal comunitário. No segundo edital, também aberto em 2000, já foi aprovado mais 0,37 milhão de dólares para financiar projetos de MFC.

Dentro do Componente IV, também há o apoio a pequenos projetos de manejo florestal comunitário das comunidades que estão estabelecidas dentro dos limites da Floresta Nacional do Tapajós. O ProManejo está apoiando projetos promissores dentro da FLONA Tapajós, como é o caso da coleta e do processamento de óleos essenciais de andiroba e copaíba, além do apoio na organização das associações

comunitárias já formalizadas, que estão conduzindo os projetos de manejo comunitário.

O ProManejo tem como principais parceiros de trabalho as organizações não-governamentais, as organizações estaduais de meio ambiente (OEMAS), o setor privado, além de grupos comunitários e indígenas.

6.2. Crédito

BASA

Os recursos do Banco da Amazônia provêm do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Ao todo são dez programas de financiamento, sendo cinco destes ligados ao setor rural. São eles:

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (ex PROCERA)
 PRODEX – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal
 PRORURAL – Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada
 PRODERUR – Programa de Desenvolvimento Rural
 PROFLORESTA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal

Cabe lembrar que os fundos constitucionais são repassados para os bancos de desenvolvimento regional, pelo Ministério da Integração Nacional. Para o setor florestal, especificamente para o manejo florestal, as atuais diretrizes são de condicionar esta atividade com a industrialização. O problema de vincular o manejo de florestas à verticalização da produção pode ser uma das principais causas de o Banco não ter financiado ainda nenhum projeto de manejo florestal na Amazônia. Outro aspecto da não-operacionalização de seu programa específico para a área florestal, o PROFLORESTA, é devido a uma situação de crédito a longo prazo, que ainda está em fase de avaliação pelos técnicos do Ministério da Integração.

Tentou-se em alguns projetos de MFC, submeter propostas de financiamento para aquisição de equipamentos, mas houve dificuldades em relação à interpretação dos pedidos. O problema foi devido ao fato de, para o setor de crédito do Banco, o manejo de baixo impacto ser uma técnica na qual é empregada a tração animal, exclusivamente. Portanto, temos aqui um problema conceitual sobre a aplicabilidade de técnicas de manejo nas suas diversas escalas.

BNDES

O Banco já repassa recursos para a Amazônia, via BASA. O BNDES tem participado de quase todas as reuniões que os agentes de crédito que trabalham na Amazônia participam. O Banco tem observado que há um grande leque de propostas que podem ser promissoras na área de manejo florestal. Para atender às demandas de setores que estão crescendo na Amazônia, é importante acompanhar como os recursos via PPG7 estão sendo aplicados. Desta forma, o Banco entende que deve haver uma transição destes fundos de apoio e que os projetos mais promissores devem ir se transformando em verdadeiros empreendimentos.

O Banco está cada vez mais sensível a bons projetos na Amazônia. Para manejo florestal, tanto em escala empresarial como comunitária, o Banco tem se comportado mais como um observador do que como um financiador direto. Há a necessidade de conhecer melhor as bases sustentáveis deste tipo de projeto, para se poder dar um atendimento ou suporte mais diferenciado para este tema. O BNDES acha que os projetos como o PDA, por exemplo, estão sendo uma grande base de avaliação para o Banco neste sentido.

6.3. Capital de risco

A2R

O capital de risco é um tipo de recurso financeiro que entra em empreendimentos mais maduros, com três a cinco anos de existência. Este tipo de dinheiro se baseia na construção de sociedades entre o capitalista, detentor do recurso financeiro, e o empresário, que domina a atividade.

A Instituição A2R é uma empresa de capital de risco que está aberta a receber projetos para estudo e avaliação, desde que se encaixem em critérios mínimos, como período de existência, ser uma sociedade anônima, estar buscando sustentabilidade social, econômica e ambiental, dentre outros.

6.4. O debate

As discussões ficaram centralizadas nas dificuldades em obter recursos do BASA para projetos de manejo. Foram enumerados obstáculos como: i) o desconhecimento dos gerentes do BASA acerca do tema e ii) a falta de critérios claros e homogêneos para a avaliação de projetos voltados para a atividade madeireira na região e mesmo a falta de interesse do BASA no tema.

Para avançar no tema, a presidência do Banco - que participou deste debate - propôs uma reunião na sede do BASA, em Belém, no dia 28 de agosto, com a presença de sua equipe técnica, do IBAMA, da SUDAM, da SUFRAMA, de representantes dos produtores, das ONGs, e de outros envolvidos no tema de manejo florestal. Esta reunião foi articulada pelo ProManejo e pelo Banco da Amazônia, e foi de fundamental importância para que a discussão sobre o financiamento do manejo na Amazônia se tornasse um fato concreto. No presente momento, um grupo de trabalho está elaborando um documento sobre os avanços alcançados em relação ao crédito para o manejo florestal.

A preocupação de acesso a recursos para MFC não é só dos projetos, mas também das instituições financeiras que disponibilizam recursos para financiamento para pequenos projetos. Este tema sempre foi pauta de discussão das oficinas de manejo florestal comunitário. Alguns projetos foram iniciados como projetos de pesquisa, como é o caso da parceria entre a EMBRAPA/CPAFAC e o projeto de assentamento de Pedro Peixoto, no Acre. Outros tiveram suas despesas iniciais pagas com recursos a fundo perdido, principalmente financiados pelo PD/A e FNMA do Ministério do Meio Ambiente. Os custos que envolvem o processo de construção da base social dos projetos, como os primeiros inventários florestais e o fortalecimento institucional de associações comunitárias e ONGs,

foram pagos com estes recursos. Hoje, a principal fonte de captação de recursos a fundo perdido para os projetos de MFC está sendo o ProManejo, com sede em Manaus.

As instituições financeiras de crédito para o pequeno produtor estão representadas, na Amazônia, pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia - BASA, que administra os fundos constitucionais para a Região Norte – FNO. O BASA possui uma carteira bem variada de programas que financiam projetos em nível de pequeno produtor, que são principalmente o PRODEX e o PRORURAL.

Entretanto, os programas de crédito dessas instituições não contemplam, nos seus manuais operacionais, recursos para apoiar estes primeiros passos de construção dos projetos, suas parcerias e seus aspectos políticos (atividades de pré-investimento). O que está provendo os projetos com estes recursos são basicamente os recursos de doação. Estes fundos são de curta duração, com um tempo de vida que varia entre três e cinco anos, o que não é suficiente para a maturação dos projetos de manejo florestal comunitário. Temos encontrado, em média, um período de três anos para que uma associação em parceria, principalmente com uma ONG, esteja apta a realizar o seu primeiro processo de produção, principalmente para o caso da colheita de madeira. Temos casos de projetos que fizeram o seu primeiro corte de madeira aos oito anos de vida.

Quando chega a hora de começar a realizar as suas operações florestais de corte, os comunitários já receberam algum tipo de treinamento, seja na parte florestal ou na parte administrativa. Entretanto, surge um outro problema: a falta de capital de giro para pagar os custos de produção -- que na sua grande maioria são altos -- e a comunidade não tem como adiantar este recurso. Em alguns projetos ocorreram experiências mal-sucedidas quando se tentou encontrar um parceiro “madeireiro”. Em outros preços pagos na contratação de serviços de terceiros para explorar e transportar a sua produção, foram mais altos que os de mercado. Como os projetos não são do “ramo” madeireiro, há sempre uma tendência de pagar mais caro por serviços de corte e transporte e estar sujeito a preços muito baixos na comercialização da produção.

Os projetos estão vivendo, hoje, esse descompasso. Há eficiência na captação de recursos de doação, mas na seqüência falta o capital de giro para iniciar o processo de produção. Com raras exceções, os recursos a fundo perdido não financiam o pagamento do custeio ou compra de equipamentos para a colheita e o processamento da madeira.

Hoje, na Amazônia, não há um único projeto de manejo florestal de pequena ou grande escala aprovado pelo Banco da Amazônia. A Instituição diz ter problemas legais, como também reconhece que não está preparada para assumir riscos com um processo de produção que pouco conhece e que é de longa duração. O BASA atribui também boa parte desta realidade à ineficiência de seus parceiros governamentais, como é o caso do INCRA e do IBAMA, que por causa de sua morosidade e seus aspectos burocráticos, os pedidos de empréstimo desta atividade acabam sendo arquivados ou reprovados pelos técnicos do Banco.

Nos programas do BASA que apoiam o pequeno produtor rural, o manejo florestal não está inserido de maneira adequada, seja pelo aspecto conceitual do próprio manejo florestal e das técnicas de impacto reduzido que estão sendo utilizadas atualmente, como

pele tratamento de investimento de alto risco. O único programa que apóia com recursos o manejo florestal está ainda em fase de avaliação pelo Ministério da Integração Nacional, que é o órgão do governo que repassa os recursos dos fundos constitucionais para os bancos de desenvolvimento regional. Vale lembrar também que dentro do Plano de Aplicação de Recursos do FNO para o triênio 2000-2003 o manejo florestal não é tratado como prioridade em nenhum dos Estados da Região Norte.

7. Planos estratégicos de negócios: base para a gestão financeira dos projetos de MFC

Dentro do processo de construção dos projetos, fala-se muito em tempos de maturação dos mesmos. Nesta hora surgem várias dúvidas de caráter estratégico, e tomar uma decisão parece ser um processo extremamente complexo, principalmente quando está se lidando com um recurso novo, que a comunidade não tem a tradição na hora de explorar, beneficiar, vender e conservar. Qual é a hora certa de conceber uma parceria que possa trazer benefícios de toda ordem à comunidade e ao projeto? Quais são os riscos da verticalização e qual é a hora de investir em um equipamento?

Nessa oficina, teve-se a oportunidade de discutir essas questões e demonstrar que existem mecanismos corretos de tomar decisões em benefício da comunidade na hora de beneficiar, vender os seus produtos, buscar mercados que valorizem mais o trabalho das pessoas, buscar novos parceiros e captar financiamentos nas instituições de crédito.

7.1. Conceito de plano estratégico de negócios

É um procedimento para traçar e avaliar a abertura, a expansão, a compra ou a situação atual de um projeto ou de um empreendimento ou negócio. Devem ser levados em consideração os aspectos ambientais, sociais e financeiros, de maneira estratégica. O plano de negócios faz um exame individual e detalhado de cada elemento do negócio. É um exercício prático para os empreendedores, em que cada etapa do projeto é avaliada.

Esse plano transmite, de maneira clara e concisa, metas e métodos, que abordam o que, onde e como o empreendimento vai chegar até as metas que foram estabelecidas no projeto. Cada passo é planejado e todos os pontos de vista são examinados. No papel, avalia-se, primeiramente, o que acontecer com o projeto, antes de dar os primeiros passos, tanto nos aspectos econômicos, como sociais e ambientais.

Serve, ainda, para medir o desempenho real do negócio, para poder mostrar para os associados e os bancos o verdadeiro potencial do empreendimento. É a base também para ajustes no planejamento futuro do empreendimento. Trabalha-se sempre com premissas reais e objetivas. Serve de base para que possam ser conseguidos novos parceiros, financiamentos etc.

Hoje, as fontes de obtenção de recursos para plano de negócios que envolve comunidades são: FUNBIO, FNMA e Promanejo (apoio aos projetos de manejo florestal). A elaboração de um plano de negócios vai dar, ao empreendedor, uma visão clara do que se quer hoje e no futuro. Nesta fase o projeto já começa a ser estruturado de maneira organizada, o que também vai ocorrendo a partir do momento que o empreendimento vai sendo colocado em prática (venda da produção, compra de

equipamentos etc.). Entretanto, a demora para a aprovação dos planos de manejo e as mudanças no mercado, podem afetar as linhas de ação dos projetos. Os planos de negócios são ágeis, a ponto de se adaptarem a estas questões.

Plano de negócios pensando na instituição? É preciso trabalhar a concepção do plano, pois existem diferentes conceitos e finalidades para um plano de negócios. Deve-se utilizar o plano para trabalhar a gestão do empreendimento, como é o caso de várias espécies oriundas do manejo.

No caso de várias comunidades envolvidas no projeto: o plano é de caráter geral e pode prever um plano de *marketing* para todos os envolvidos. Entretanto, não deixa de ser um gargalo. Deve-se estudar caso a caso.

O caso do uso múltiplo de recursos e das sazonalidades de recursos disponíveis pode também ser previsto. Portanto, uma análise de sensibilidade deve ser feita, no sentido de variar o preço do produto e dos custos de produção para mais e para menos, para que se tenha uma idéia das receitas do projeto, dos riscos de mercado, das quedas de preço etc.

Os fundos que financiam planos de negócios estão bem flexíveis para prever situações como essas. Podem ser usadas séries históricas vivenciadas antes pelos projetos e que podem balizar estas externalidades. Hoje, alguns desafios dos projetos são a demora na concepção de seus modelos de uso e a gestão de seus recursos. O plano pode suportar mudanças ou reformulações drásticas.

O tempo para se realizar um plano de negócios é, em média, de até um a três meses. Os custos podem variar de 10 a 30 mil reais, de acordo com a complexibilidade, o tamanho e a localização do projeto.

Foi realizado um trabalho em grupo, em que cada projeto tentou trabalhar, dentro de sua realidade, um plano de *marketing* para poder exercitar os conceitos de plano de negócios abordados nesta seção.

8. Resultados da oficina

Os projetos

Conforme, descrito na seção “Lições aprendidas”, muita coisa já foi feita com relação à evolução de conquistas dos projetos. Entretanto, as avaliações e o intercâmbio entre os projetos devem continuar. Deve-se ficar mais atento à forma de registro das informações dos projetos, para poder realizar um processo de monitoramento e avaliação de seu desempenho em nível técnico, social e econômico. A divulgação destas informações será de grande valia para quem está começando a se organizar e investir no manejo florestal como alternativa de desenvolvimento. Além disto, esses dados fornecem informações estratégicas para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades dessas comunidades.

Políticas públicas

- Ao longo da III Oficina, os representantes dos projetos fizeram um esforço concentrado para elaboração de propostas que possam beneficiar os projetos de MFC em nível de políticas públicas para a Amazônia. Como resultado, foi apresentada ao PNF uma versão dessas propostas, que ainda foram melhoradas por vários projetos. Essa versão foi levada para ser discutida nas comunidades. No ANEXO I está a versão apresentada ao PNF.

Verticalização dos projetos de MFC

- O tempo de maturação dos projetos é muito longo até chegar ao ponto de poder cortar a madeira. Isto sem contar os problemas de comercialização e processamento. Em nível de mercado local, os problemas até que não são muitos. Quando a proposta é atingir mercados mais distantes, os problemas são muito complexos, como a competição por qualidade, continuidade etc.
- Em relação à madeira os casos são muito distintos e os projetos estão vivenciando agora este problema.
- O mercado local é uma maneira muito boa de aprendizagem de práticas de mercado. A madeira talvez seja um dos produtos mais complicados neste sentido, pois as comunidades não têm tradição neste assunto. Outra saída então seria começar com produtos que já se conhece e têm tradição.

A comercialização

- Talvez o ponto que mais ficou claro por parte dos empresários é que não há, em hipótese alguma, predisposição para pagar um sobrepreço⁷ por madeira certificada, seja qual for a sua fonte.
- Não há muita restrição com relação às quantidades de madeira, mas a continuidade no fornecimento destes volumes é fundamental. Entretanto, no caso do volume, um mínimo pode ser determinante neste caso.
- A assistência técnica para atender às demandas do manejo comunitário é ainda um grande problema.

O mercado

- O mercado é muito complicado. Precisa-se muita reflexão para elaborar estratégias para o próprio benefício das comunidades, pois a maior parte das cadeias está fora do nosso controle.
- Procurar maneiras de melhorar estas desvantagens para entrar no mercado, com mais possibilidades de acesso ao mesmo.
- Se souber dosar a questão do lucro com o capital social, pode-se ter sucesso no seu projeto.

⁷ Na Europa, a demanda no consumo final está em torno de 15 a 20%, a nível de atacadistas e distribuidores. Entretanto, ninguém quer pagar um sobrepreço. Nos Estados Unidos, este número está em torno de 10-15%. No Brasil não há ainda dados sobre este número, mas a tendência de não pagar a mais pela madeira certificada é a mesma.

- O controle de mercado é difícil, mas as redes de relações sociais são ou podem ser bem controladas neste caso.

Financiamento

- A disponibilização de recursos financeiros para se fazer manejo comunitário na Amazônia ainda é muito reduzido.
- As limitações para se acessar qualquer tipo de recurso financeiro passam por falta de capacitação técnica para elaboração de projetos, bem como para gerir os empreendimentos. Além disto, as limitações e o desconhecimento da atividade por parte dos órgãos financiadores são também limitantes.
- A questão do planejamento das iniciativas produtivas foi indicada como de extrema importância, tanto para obter apoio financeiro, como para uma melhor eficiência e rentabilidade do próprio processo produtivo.
- A reunião proposta pela Dra. Flora, do BASA, contribuiu para construir linhas de crédito mais bem adaptadas às demandas das iniciativas de manejo, não só comunitárias, como também das empresariais. Produtores, manejadores e técnicos estão se mobilizando e participando ativamente no sentido de formularem propostas concretas para priorizar o manejo florestal dentro dos programas de crédito do banco.

Plano de negócios

- Se forem incluídos todos os custos para os projetos obterem a sua maturação, como os processos de certificação, o plano de negócios é uma carga muito grande para as comunidades. Chegar até o produtor e traduzir tudo isso é um pouco complicado, se comparado com o dia-a-dia dessas pessoas.
- Os fundos de financiamento estão sensibilizados com tal problema, sendo disponibilizado, em parte, o fundo para a organização social. Entretanto, a decisão de a comunidade se preparar para entrar no mundo dos negócios é interna e envolve um evolução institucional muito grande.

9. Comentários finais

Temos hoje um aumento crescente no número de projetos que estão buscando alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento. Este grupo é ao mesmo tempo consciente de que muitas mudanças em nível de política local e regional precisam ainda ser feitas, para que este movimento tenha bases sólidas como grupo interessado na conservação de suas florestas, da cultura e do saber locais.

Toda forma de parceria é importante para desencadear este processo. O caso do equilíbrio no entendimento entre os diversos atores, sob todos aqueles aspectos dos 4Rs que aprendemos nesta Oficina, pode ser a receita de sobrevivência desses projetos.

Sabemos também que não há uma receita mágica para o MFC, mas o acesso facilitado a tecnologias e técnicas mais apropriadas, a mercados mais favoráveis e a retornos mais justos é um ganho que hoje os projetos estão começando a contabilizar nessas oficinas.

10. ANEXOS

ANEXO1 – Os Participantes

Nome: Philippe Waldhoff

Instituição: Escola Agrotécnica Federal de Manaus EAFM

Endereço: Alameda Cosme Ferreira, 248 C.P. 2204 Distrito Industrial II Manaus, AM 69083000

Telefone: 55 92 615 6020

Fax: 618 5114 618 5117

Email: agrotecm@mandic.com.br timtim@imaflora.org

Nome: Antonio Carlos Hummel

Instituição: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA/Promanejo

Endereço: Av. Ministro João Gonçalves de Souza, s/n Distrito Industrial Manaus, AM 69075830

Telefone: 55 92 613 3119 237 6352

Fax: 613 3119 237 8211

Nome: Paulo Henrique Coelho Amaral

Instituição: Instituto do Homem e Meio Ambiente Amazônia IMAZON

Endereço: Rod. do Coqueiro, Rua Pau D'Arco, Conj. Pau D'Arco, casa 9 Ananindeua, PA 61700000

Telefone: 55 91 235 4214 235 0122

Fax: 235 0122 235 4214

Email: imazon.bel@zaz.com.br phca@zaz.com.br

Nome: Manuel Amaral Neto

Instituição: LASAT

Endereço: Conj. Maguari, Al. 24, casa 57 Marabá, PA

Telefone: 55 91 248 7645

Fax: 211 1915

Email: manuel@nautilus.com.br

Nome: Osvaldo Castro de Oliveira

Instituição: Organização dos Seringueiros de Rondônia OSR

Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 1215 Areal Porto Velho, RO 78916420

Telefone: 55 69 224 1368

Fax: 224 1368

Email: Osr@enter-net.com.br

Nome: Andréa Pires

Instituição: Instituto Mamirauá

Endereço: Av. Brasília, 197, C.P. 38 Jurua Tefé, AM 69470000

Telefone: 55 92 743 2736

Fax: 743 2166 743 2736

Email: andreap@pop-tefe.rnp.br

Nome: Maria José Gontijo
Instituição: Instituto Internacional de Educação do Brasil
Endereço: SHCLN 202, Bl. B, sala 105, Ed. Monaco Center Brasília DF 70832525
Telefones: 61 3277525
Email: mjgontijo@iieb.org.br

Nome: Iza Maria Castro dos Santos
Instituição: Grupo de Trabalho Amazônico GTA
Endereço: SAIS Lote 8, Galpão 1 Canteiro Central do Metrô Brasília, DF 70610000
Telefone: 55 61 346 7048 361 5694
Fax: 522 6852 346 7048
Email: ceapac@tap.com.br gtanacional@gta.org.br

Nome: Mauro José Capossoli Armelin
Instituição: Amigos da Terra - Programa Amazônia
Endereço: Rua Bento de Andrade, 85 São Paulo, SP 00000000
Telefone: 55 11 38879369
Email: foema@terra.com.br

Nome: Rossynara Batista Cabral Marques Aguiar
Instituição: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA/Promanejo
Endereço: Av. Ministro João Gonçalves de Souza, s/n Distrito Industrial Manaus, AM 69075830
Telefone: 55 92 613 3413
Fax: 613 3413
Email: pmanejo@argo.com.br

Nome: Magna Cunha dos Santos
Instituição: Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais do Acre PESACRE
Endereço: Rua Iracema, Q. 11, casa 8 Vila Ivonete Mâncio Lima, AC 69990000
Telefone: 55 68 343 1294 223 3773
Email: pesacre@mdnet.com.br

Nome: José Maria dos Santos
Instituição: Organização dos Seringueiros de Rondônia OSR
Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 1215 Areal Porto Velho, RO 78916420
Telefone: 55 69 224 1368 224 5624
Fax: 224 1368
Email: Osr@enter-net.com.br

Nome: André Loubet Guimarães
Instituição: Recursos Renováveis AZR
Endereço: Brasília, DF
Telefone: 55 61 911 7283
Email: 0006615695@mcimail.com andre.guimaraes@azr.com.br

Nome: Antônio Paulo de Medeiros
Instituição: Fundação Viver, Produzir e Preservar
Endereço: Rua Anchieta, 2092 Altamira, PA
Telefone: 55 91 515 2406
Fax: 515 2406

Nome: Iliana Salgado
Instituição: LAET
Endereço: Rua Magalhães Barata, 1875, C.P. 133 Altamira, PA 68370000
Telefone: 55 91 515 2111 515 2176
Fax: 515 2111
Email: laet@atmnet.com.br

Nome: Domingos S. Macedo
Instituição: Promanejo
Endereço: Av. Ministro João Gonçalves de Souza, s/n Distrito Industrial Manaus, AM 69075830
Telefone: 55 92 613 3119 237 6352
Fax: 613 3119 237 8211
Email: domingos.macedo@uol.com.br

Nome: Paulo Oliveira
Instituição: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE - Gurupá
Endereço: Trav. Quintino Bocaiuva, 1259 Gurupá, PA 66053240
Telefone: 55 91 242 4341 223 4628
Fax: 242 4341
Email: gurupa@amazon.com.br

Nome: Brendan Dalley
Instituição: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais IBAMA/DFID
Endereço: Rua Ministro João Gonçalves da Silva Distrito Industrial Manaus, AM 69075830
Telefone: 55 92 6136246
Fax: 6133083
Email: bdalley@argo.com.br

Nome: Raimunda da Silva dos Santos
Instituição: Associação Unidos para Vencer
Endereço: Estrada 1 de Rena Moreira, Km 52, ramal espinhara Bujari, AC

Nome: James Bampton
Instituição: Projeto Mamirauá
Endereço: Av. Brasília, 197, C.P. 38 Jurua Tefé, AM 69470000
Telefone: 55 92 743 2166

Nome: Mauro de Oliveira Pires
Instituição: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Coordenação da Amazônia SCA/MMA
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 9 andar Brasília, DF

Telefone: 55 61 317 1431
Fax: 322 3727
Email: mauro.pires@mma.gov.br

Nome: José Antônio Mohana Pinheiro
Instituição: Sharom S/A Indústria Madeireira
Endereço: Módulo I, Quadra I, Lote I São Luís, MA
Telefone: 55 98 241 1169
Fax: 241 1087
Email: shalom@elo.com.br

Nome: Marcos André Ducatti
Instituição: Indústria Comercial de Madeiras Ltda Indusparquet
Endereço: Rod. SP 127, Km 755, C.P. 70, 18530000
Telefone: 55 15 282 3622
Fax: 282 3544
Email: parquet@indusparquet.com.br

Nome: Gary W. Shaeff
Instituição: Universidade da Flórida
Endereço: N.W. 13th Street Gainesville, FL, USA, 32653
Telefone: 1 352 378 4328
Fax: 373 4882
Email: gshaeff@fdt.net

Nome: Pedro Bruzzi Lion
Instituição: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre FUNTAC
Endereço: Av. da Acácias, lote 1, zona A Distrito Industrial Rio Branco, AC 69917100
Telefone: 55 68 229 2994 99875163
Email: gerevah@hotmail.com

Nome: Sebastião de Souza
Instituição: PAD Pedro Peixoto
Endereço: Ramal do Granada

Nome: Ernani Pilla
Instituição: USAID
Endereço: Embaixada Americana, Av. das Nações, Lote 3 Brasília, DF 70403900
Telefone: 55 61 321 7272
Fax: 323 6875
Email: epilla@usaid.gov

Nome: Santilendi Souza da Silva
Instituição: Associação Unidos para Viver
Endereço: Estrada de Serra Moreira, Km 52 Ramal Espinhara II

Nome: André Giacini de Freitas
Instituição: Imaflora
Endereço: Av. Carlos Botelho, 853, sala 2

Telefone: 55 18 433 0234 422 6253
Email: andre@imaflora.org

Nome: Marco Antônio Amaro
Instituição: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo SEFE
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 219 Centro Rio Branco, AC 69900400
Telefone: 55 68 224 0327 224 0344
Fax: 224 0327
Email: def@sefe.ac.gov.br

Nome: Antônio Flávio Barros Setubal
Instituição: Ação Ecológica Guaporé ECOPORÉ
Endereço: Av. João Pessoa, 4345 Rolim de Moura, RO 78987000
Telefone: 55 69 651 2676 442 2477
Fax: 651 2315

Nome: Viviane Araújo Gonçalves
Instituição: Promanejo - Flona Tapajós
Endereço: Av. dois de junho, 1145/8 Aparecida Santarém, PA 68040000
Telefone: 55 91 523 5185
Email: promanejostm@tap.com.br

Nome: Sandra R. da Costa
Instituição: Promanejo - Flona Tapajós
Endereço: Av. dois de junho, 1145/8 Aparecida Santarém, PA 68040000
Telefone: 55 91 523 5185
Email: oficiosandra@hotmail.com

Nome: Renata Teixeira
Instituição: Secretaria Executiva Florestas e Extrativismo SEFE
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 219 Centro Rio Branco, AC 69900400
Telefone: 55 68 224 0327
Fax: 224 0327
Email: def@sefe.ac.gov

Nome: Antônio Gomes
Instituição: STR
Endereço: Rua 7 de junho, 1462 Marabá, PA

Nome: Luis Felipe Veja Monge
Instituição: Juna Flores
Endereço: San Jose, Costa Rica,
Telefone: 506 293 5418
Fax: 293 5418

Nome: José Ananias Supacre
Instituição: Banco da Amazônia
Endereço: Rua Arlindo Porto Leal, 299
Telefone: 55 224 6338

Fax: 224 6380
Email: supacre@mdnet.com.br

Nome: Vitor Sucupira
Instituição: Promanejo/MMA
Telefone: 55 317 1353
Email: vitorsucupira@uol.com.br

Nome: Olivies Dubois
Instituição: International Institute for Environment and Development IIED
Endereço: 3 Endsleigh Street, WC1HODD London, Inglaterra,
Telefone: 44 20 73882117
Fax: 73882826
Email: olivies.dobois@iieb.org

Nome: Hildebrando Vélez
Instituição: CENSAT Água Viva
Endereço: Cra 19, 29-12, of 202 Foe, Colômbia,
Telefone: 57 1 245 6860
Fax: 245 8906
Email: censat@colnodo.apc.org

Nome: Heloísa Helena Vasconcelos de Aquino
Instituição: LASAT
Endereço: C.P. 222 Marabá, PA 68501970
Telefone: 55 91 322 4896
Fax: 322 4897
Email: lasat1@skorpionet.com.br

Nome: Débora Laruccia
Instituição: FUNTAC/CTA
Endereço: Av. Higienópolis, 791 São Paulo, SP
Telefone: 55 11 36619059
Email: delaruccia@uol.com.br

Nome: Ruth Newsum
Instituição: DFID
Endereço: Rua Homero Cruz, 655, ap. 4 São Francisco Boa Vista, RR
Telefone: 55 95 99714667
Email: cutnn@tecnnet.com.br

Nome: Rosa Roldan
Instituição: CPDA
Endereço: Rua Pereira da Silva, 231/401 B Rio de Janeiro, RJ
Telefone: 55 21 558 0204
Email: rrolan@ibase.br

Nome: Laudino José dos Santos
Instituição:
Endereço: Projeto Humaitá, Ramal Bujari, Km 7 Siato, AC
Telefone: 226 2441

Nome: Marlene Jardim Medeiros
Instituição: SEATER
Endereço: Rua Bom Retiro, 222 Bosque Rio Branco, AC
Telefone: 55 68 227 3141 99862782

Nome: Leônidas M. Ribeiro Filho
Instituição: Polo Moveleiro Xapury
Endereço: Conj. Hermirio de Melo, Q. A, casa 1
Telefone: 55 542 2738
Fax: 542 2530
Email: leonidas@zipmail.com.br

Nome: Renata Freire
Instituição: Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais do Acre PESACRE/CIFOR
Endereço: Rua Iracema, Q. 11, c-8 Conj. Village Vila Ivonete São Paulo, SP 69914390
Telefone: 55 11 434 4981
Fax:
Email: rmfreire@bol.com.br

Nome: Ramualdo Campos Barbosa
Instituição: Associação dos Moradores do Padre Chico Mendes

Nome: Donato Barrozo
Instituição: Projeto Mamirauá
Endereço: Av. Brasília, 197, C.P. 38 Jurua Tefé, AM 69470000
Telefone: 55 92 743 2736
Fax: 743 2736

Nome: Raimundo Gomes da Silva
Instituição: Associação PATOA
Endereço: BR 364, Km 52 Bujari, AC

Nome: Francisco Alves de Lima
Instituição: EMATER
Endereço: Bujari, AC

Nome: Nívea L. Silva Marcondes
Instituição: Centro dos Trabalhadores da Amazônia CTA
Endereço: Av. Epaminondas Jácome, 1994 Cadeia Velha Rio Branco, AC 69908420
Telefone: 55 68 223 2727
Fax: 223 3260
Email: centro@mandic.com.br

Nome: Marcos Oliveira
Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária CPAF
Endereço: BR 364, Km 14, C.P. 392 Rio Branco, AC 69901180
Telefone: 55 68 224 3933
Fax: 224 4035

Nome: Jucelino da Silva Correia
Instituição: Centro dos Trabalhadores da Amazônia CTA
Endereço: Av. Epaminondas Jácome, 1994 Cadeia Velha Rio Branco, AC 69908420
Telefone: 55 68 223 2727
Fax: 223 3260

Nome: Diolindo Rodrigues de Barros
Instituição: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo SEFE
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 219, 4 andar Centro Rio Branco, AC 69900400
Telefone: 55 68 224 0344

Nome: Edson Amaral
Instituição: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo SEFE
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 219, 4 andar Centro Rio Branco, AC 69900400
Telefone: 55 68 224 0344

Nome: Léon Victor González Jiménez
Instituição: JUNAFORCA
Telefone: 506 293 9873
Fax: 293 5418
Email: junaforca@sol.racsa.co.cr

Nome: Acir Netzha
Instituição: Marinepar
Endereço: Rua Thomas de Miranda, 168 Curitiba, PR
Telefone: 55 41 382 2728
Fax: 382 2329

Nome: Antônio Alexandre de Andrade Patto
Instituição: Projeto de Manejo - Pc. Pedro Peixoto
Endereço: BR 364, Km 80, ramal Nabor Júnior

Nome: Edson Gonçalves de Souza

Nome: Ataíde Santos

Nome: Raimundo Deusdará Filho
Instituição: DIFLOR - PNF
Endereço: Ministério do Meio Ambiente, 7 andar
Telefone: 55 61 317 2493
Fax: 323 7936
Email: raimundo.deusdara@mma.gov.br

Nome: José Lincoln Neves
Instituição: FUNBIO
Endereço: Largo do IBAM, 1, 6 andar Rio de Janeiro, RJ
Telefone: 55 21 579 8090
Email: lincoln@funbio.org

Nome: Benno Pokorny
Instituição: CIFOR
Telefone: 55 91 276 0041
Email: pokorny@libnet.com.br

Nome: Reginaldo Teixeira Barbosa
Endereço: Seringal cachoeira Clo. Porto Alegre

Nome: João Maria de Souza
Instituição:
Endereço: Ramal Granada, Linha 27, Km 8
Telefone:
Fax:
Email:

Nome: Manoel Serras Borges de Sampaio
Instituição: FNMA
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 7 andar Brasília, DF
Telefone: 55 61 317 1067
Fax: 224 0879
Email: manoel.sampaio@mma.gov.br

Nome: Eric Stoner
Instituição: USAID
Endereço: Embaixada Americana, Av. das Nações, Lote 3 Brasília, DF 70403900
Telefone: 55 61 321 7272
Fax: 323 6875
Email: estoner@usaid.gov

Nome: Grayton Tavares Toledo
Instituição: POEMA
Endereço: Trav. Francisco Monteiro, 260, ap. 105 Canudos Belém, PA 66070130
Telefone: 55 91 99949294
Fax: 211 1687
Email: grtavares@hotmail.com gttoledo@ig.com.brs

Nome: Lazlo Macedo de Carvalho
Instituição: Secretaria Executiva de Florestas e extrativismo SEFE
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 219, 4 andar Centro Rio Branco, AC 69900400
Telefone: 55 68 224 0344
Fax: 224 0327
Email: def@sefe.ac.gov.br

Nome: Isaura Maria de Rezende Lopes Frondizi
Instituição: BNDES
Endereço: Av. República do Chile, 100/1428 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: 55 21 277 7888 277 8283
Fax: 22013977
Email: frondiz@bndes.gov.br

Nome: Marianne Schmink
Instituição: Universidade da Flórida
Endereço: PO Box 1155 31 Gainesville, FL, USA,
Telefone: 1 352 392 6548
Fax: 392 0085
Email: schmink@tcd.ufl.edu

Nome: Samantha Stone
Instituição: Universidade da Flórida
Endereço: PO Box 1155 31 Gainesville, FL, USA,
Telefone: 1 352 271 0954
Email: sstone@ufl.edu

ANEXO 2

Principais demandas apresentadas ao processo de consulta do Programa Nacional de Florestas - PNF

Aspectos técnicos

- Desenvolver programas de capacitação dos técnicos e comunitários em práticas de manejo florestal, processamento, industrialização de madeira, gerenciamento e administração etc. (FFT, SESI, SEBRAE, IBAMA, SUDAM).
- Demandar ao IBAMA e OEMAS programas de treinamento e capacitação de seus técnicos e dos técnicos envolvidos em projetos em manejo florestal comunitários, a fim de facilitar os entendimentos sobre as práticas específicas dos mesmos (IBAMA, OEMAS).
- Promover e efetivar parcerias com grupos de estudo que priorizam pesquisas sobre manejo e recuperação de ecossistemas (MMA, Embrapa, Imazon).
- Divulgar informações produzidas, principalmente de alternativas de processamento e comercialização de madeiras, para os outros projetos da região, por intermédio da rede de intercâmbio (ProManejo, Amigos da Terra, Imaflora, GTz e outras agências financiadoras).
- Criar uma rede de apoio aos projetos, por meio da parceria com instituições de classe e financiadoras (Programa Piloto Para a Proteção das Floresta –PPG7-PD/A-ProManejo, Programa Natureza e Sociedade-SUNY-WWF etc.).
- Criar uma rede de assistência técnica e extensão em manejo para apoio aos projeto (Emater, órgãos oficiais de assistência técnica e outros).
- Criar um fundo para o financiamento de treinamento de profissionais ligados ao MFC.

Aspectos econômicos/financeiros

- Definir ou incluir em programas já existentes linhas de crédito específicas para projetos de manejo florestal comunitário (BNDES, Pronaf, BASA, bancos privados etc.).
- Elaborar estratégias de *marketing* e comercialização dos produtos madeireiros e não-madeireiros dos projetos de manejo florestal comunitário (OEMAS, IBAMA/CNPT, BASA, setor privado).
- Demandar, das instituições de pesquisa, análises financeiras e econômicas de mercado, geração de empregos, capacidade de reinvestimentos (universidades, secretarias de estado, FGV, IBGE) etc.

Aspectos políticos

- Viabilizar, junto aos IBAMAs regionais, a efetivação das câmaras técnicas para julgar e aprovar os planos de manejo comunitários (MMA e IBAMA).
 - Definir pauta mínima de políticas a serem praticadas pelo IBAMA na apreciação do planos de manejo comunitários.

- Definição de prazos máximos para apreciação dos planos de manejo florestal comunitário.
- Revisão das taxas cobradas para aprovação dos planos de manejo.
- Imediata revisão de todos planos de manejo aprovados na Amazônia.
- Reeditar a Instrução Normativa de regulamentação dos planos de manejo florestal comunitário com a participação efetiva das lideranças e dos técnicos envolvidos em projetos dessa categoria (IBAMA, OEMAS, ONGs e entidades de classe).
- Inserção dos manejo florestal comunitário na discussão e revisão do processo e dos resultados dos programas de ZEE que estão sendo implementados nos Estados com o apoio do ISPN/PPG7.
- Descentralização da gestão e do controle dos recursos naturais mediante o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente.

Aspectos fundiários

- Estabelecer sistema de atuação mais eficiente entre os órgãos fundiário e ambiental, em relação à aprovação dos planos de MFC (criação de Portarias/Instruções conjuntas).
- Simplificação do processo de documentação fundiária para agilizar os processos de aprovação, aproveitando o que já está previsto na legislação vigente (código Florestal e Lei de Crimes Ambientais).
- Desregulamentação do processo de titulação de pequenas propriedades rurais, delegando esta responsabilidade ao município (criação de Institutos de Terras Municipais).
- Criação de Reservas Comunitárias nas áreas de “terras devolutas”, assegurando, desta maneira, áreas destinadas ao manejo de recursos florestais às populações tradicionais.

Educação/Formação de Recursos Humanos

- Incentivar a criação de uma área temática específica para o setor florestal, pelo Ministério de Educação e Cultura.

**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**



ProManejo
Projeto de Apoio ao Manejo Florestal
Sustentável na Amazônia